



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

Cátia Sofia Moniz Rebelo

**O EDUCADOR SOCIAL NO ACOLHIMENTO
RESIDENCIAL DE CRIANÇAS E JOVENS:
UMA ABORDAGEM SOCIOEDUCATIVA
ÀS EMOÇÕES, AOS *MEDIA* E À INTERCULTURALIDADE**

**Relatório de Estágio no âmbito do Mestrado em Educação Social,
Desenvolvimento e Dinâmicas Locais orientado pela Professora
Doutora Maria Rosário Carvalho Nunes Manteigas Moura e Pinheiro
e apresentado à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação
da Universidade de Coimbra.**

outubro de 2021



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

Cátia Sofia Moniz Rebelo

**O EDUCADOR SOCIAL NO ACOLHIMENTO
RESIDENCIAL DE CRIANÇAS E JOVENS:
UMA ABORDAGEM SOCIOEDUCATIVA
ÀS EMOÇÕES, AOS *MEDIA* E À INTERCULTURALIDADE**

**Relatório de Estágio no âmbito do Mestrado em Educação Social,
Desenvolvimento e Dinâmicas Locais orientado pela Professora
Doutora Maria Rosário Carvalho Nunes Manteigas Moura e Pinheiro
e apresentado à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação
da Universidade de Coimbra.**

outubro de 2021

Agradecimentos

A todas as pessoas que contribuíram para que fosse possível terminar esta etapa de formação académica, agradeço a disponibilidade, atenção, carinho, paciência e todas as dicas e conselhos que me transmitiram ao longo deste percurso.

À minha orientadora, Professora Doutora Maria do Rosário Pinheiro, agradeço a dedicação, empenho, disponibilidade e partilha de conhecimento.

Ao Colégio de S. Caetano por me acolher e permitir crescer enquanto futura Educadora Social e a todos os profissionais que gentilmente trabalharam comigo, especialmente a Dra. Rosária Pinto, Dra. Joana Loio e Dra. Paula Gomes.

Ao orientador local, Dr. Rui Pedro Lopes, por todos os ensinamentos e histórias que partilhou comigo ao longo deste meu percurso.

A todas as crianças e jovens que me deixaram entrar na sua vida e que partilharam comigo esta jornada de conhecimento mútuo. Agradeço também o amor e carinho que recebi diariamente e a confiança que depositaram em mim e no meu trabalho.

Aos meus pais e aos meus irmãos, que sempre me apoiaram e deixaram voar para seguir os meus sonhos e projetos. Obrigada por estarem sempre por perto e por nunca me deixarem cair.

À Desconcertuna, a minha tuna, pelos momentos de escape e diversão que me proporcionaram pela minha passagem por Coimbra.

Ao João e ao Pedro, que me apoiaram em todos os momentos e que até à última não desistiram de mim.

À Adriana pela amizade, carinho e disponibilidade para comigo nesta caminhada.

À Andreia pelos fins de semana em família e pela amizade.

À Marta e ao Tomé agradeço as longas conversas e momentos de reflexão.

Ao Dr. José Ferreira agradeço os ensinamentos e dicas que me foram cruciais para o meu desempenho durante o estágio.

Muito obrigada a todos!

Resumo

O acolhimento residencial é uma das medidas utilizadas quando se pretende promover os direitos e a proteção das crianças e jovens que se encontram em situações de risco ou perigo, de forma a garantir o seu bem-estar e desenvolvimento integral.

Este trabalho corresponde ao relatório de estágio, em contexto de acolhimento residencial de crianças e jovens, realizado no Colégio de S. Caetano da Santa Casa da Misericórdia de Coimbra, no âmbito do mestrado em Educação Social, Desenvolvimento e Dinâmicas Locais da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

A intervenção realizada incide em temas atuais como a pertinência do reconhecimento e regulação das emoções no dia a dia, os *media*, as suas vantagens e perigos e, também, a importância que a interculturalidade e convivência assumem nos diversos contextos de vida.

O projeto de intervenção foi planeado tendo em consideração a análise de necessidades efetuada no início do estágio, a disponibilidade da instituição e, sobretudo, o público-alvo e a articulação com as linhas orientadoras da educação para a cidadania em contexto escolar e da Estratégia Nacional de Educação para Cidadania. Assim, o projeto contou com quinze sessões, numa abordagem socioeducativa às emoções, aos *media* e à interculturalidade. Participaram nove jovens, com idades entre os doze e os dezasseis anos.

A avaliação do projeto realizou-se, numa fase inicial, através do feedback transmitido pelo público-alvo e, posteriormente, com recurso a uma grelha de avaliação da satisfação. A observação direta revelou-se uma técnica pertinente, uma vez que permite avaliar vários aspetos de envolvimento e aprendizagens. Concluiu-se que apesar dos temas serem muito atuais e abordados inclusivamente nos currículos escolares, é ainda baixo o nível conhecimentos e competências por parte dos jovens, sendo fundamental a intervenção socioeducativa no contexto de vida residencial.

Neste sentido, o educador social apresenta-se com um papel importante no contexto do acolhimento de crianças e jovens, uma vez que detém um conjunto de competências pessoais, técnicas e científicas que lhe permite compreender as necessidades, delinear estratégias de intervenção e avaliar os seus resultados, em articulação com as orientações das políticas públicas.

Palavras-chave: Educador Social, Acolhimento Residencial, Emoções, *Media*, Interculturalidade.

Abstract

Residential care is one of the measures used to promote the rights and protection of children and young people who are in situations of risk or danger, to ensure their well-being and full development.

This work corresponds to the internship report, in the context of residential care for children and young people, carried out at the Colégio de S. Caetano da Santa Casa da Misericórdia de Coimbra, as part of the master's degree program in Social Education, Development and Local Dynamics of the Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

The intervention focuses on current issues such as the relevance of recognizing and regulating emotions in everyday life, the media, its advantages and dangers, and the importance of interculturality and coexistence in the various contexts of life.

The intervention project was planned to consider the needs analysis carried out at the beginning of the internship, the availability of the institution and, above all, the target audience, and the articulation with the guidelines of citizenship education in school context and the National Strategy for Citizenship Education. Thus, the project included fifteen sessions, in a socio-educational approach to emotions, media, and interculturality. Nine young people, aged between twelve and sixteen, participated.

The project was evaluated, initially, through feedback from the target audience and, subsequently, using a satisfaction evaluation grid. Direct observation proved to be a pertinent technique since it allows us to assess various aspects of involvement and learning. It was concluded that although the topics are very current and addressed even in school curricula, the level of knowledge and skills on the part of young people is still low, making the socio-educational intervention in the context of residential life fundamental.

In this sense, the social educator has an important role in the context of childcare, since he/she possesses a set of personal, technical, and scientific skills that allow him/her to understand the needs, design intervention strategies, and evaluate their results, in articulation with public policy guidelines.

Keywords: Social Educator, Residential Care, Emotions, Media, Interculturality.

Índice

Introdução.....	11
Capítulo I Enquadramento Teórico.....	12
1. Sistema de Proteção de crianças e jovens.....	13
1.1 Conceito de criança e jovem	13
1.2 Convenção sobre os Direitos da Criança	13
1.3 Enquadramento Legal.....	14
1.4 Instituições de Intervenção	15
1.5 Medidas de Promoção e Proteção	18
2. Acolhimento Residencial.....	20
2.1 Casa de Acolhimento Residencial	20
2.2 Processo de Acolhimento.....	22
2.3 Plano Sócio Educativo Individual	24
2.4 Projetos de Vida	25
3. O Educador Social e os Direitos da Criança.....	25
3.1 Educação Social	25
3.2 Perfil e Competências	26
3.3 O papel do Educador Social no Acolhimento Residencial	28
Capítulo II Enquadramento Institucional	31
1. Santa Casa da Misericórdia de Coimbra	32
2. Colégio de S. Caetano – Casa de Acolhimento Residencial	33
Capítulo III Projeto de Estágio “Hoje há sessão?”	35
1. Introdução.....	36
2. Análise de necessidades	36
3. Público-alvo.....	38
4. Descrição	41
5. Objetivos	42
6. Proposta de avaliação.....	44
7. Atividades propostas – “Hoje há sessão?”	44
8. Avaliação da intervenção: reações e aprendizagens	51
9. Atividades complementares	61
Capítulo IV Autoavaliação.....	63
Considerações Finais.....	65
Referências Bibliográficas	66

Índice de Anexos e Apêndices

Anexos.....	69
Anexo I – Grelha de avaliação de competências transversais para os estágios curriculares da PFCE-UC	70
Anexo II – Apreciação Global	71
Apêndices	72
Apêndice I – Matriz de planificação: Sessão 1	73
Apêndice II – Matriz de Planificação: Sessão 2	75
Apêndice III – Matriz de Planificação Sessão 3	77
Apêndice VI - Árvore das Regras	82
Apêndice VII – Matriz de Planificação Sessão 5.....	83
Apêndice VIII – Matriz de Planificação Sessão 6	85
Apêndice IX – Matriz de Planificação Sessão 7	86
Apêndice X – Matriz de Planificação Sessão 8	88
Apêndice XI – Matriz de Planificação Sessão 9.....	90
Apêndice XII – Matriz de Planificação Sessão 10.....	93
Apêndice XIII – Puzzle Sexting	95
Apêndice XIV – Matriz de Planificação Sessão 11	96
Apêndice XV – Imagens Interculturalidade	98
Apêndice XVI – Matriz de Planificação Sessão 12	99
Apêndice XVII – Definir conceitos	101
Apêndice XVIII – Matriz de Planificação Sessão 13.....	102
Apêndice XIX - Matriz de Planificação Sessão 14.....	105
Apêndice XX - Matriz de Planificação Sessão 15	107
Apêndice XXI – Pontos Chave da Educação Intercultural.....	110
Apêndice XXII – Mapa mundo.....	111
Apêndice XXIII – Grelha de Avaliação Sessão 7.....	112
Apêndice XXIV – Grelha de Avaliação Sessão 8.....	113
Apêndice XXV – Grelha de Avaliação Sessão 9.....	114
Apêndice XXVI – Grelha de Avaliação Sessão 10.....	115
Apêndice XXVII – Grelha de Avaliação Sessão 11	116
Apêndice XXVIII – Grelha de Avaliação Sessão 12	117
Apêndice XXIX – Grelha de Avaliação Sessão 13.....	118
Apêndice XXX – Grelha de Avaliação Sessão 14.....	119
Apêndice XXXI – Grelha de Avaliação Sessão 15.....	120
Apêndice XXXII – Guião entrevista Grupo Focal.....	121

Apêndice XXXIII – Consentimento Informado	124
Apêndice XXXIV – Decorações de Natal.....	125
Apêndice XXXV – Concurso Dia Mundial da Poesia	126
Apêndice XXXVI – Materiais Apoio Individualizado	127
Apêndice XXXVII – Dia da Criança	128

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Transcrição das Questões do Grupo Focal	57
--	----

Siglas e Abreviaturas

CAR – Casa de Acolhimento Residencial

CAT – Centro de Acolhimento Temporário

CPCJ- Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

CRP – Constituição da República Portuguesa

DGE – Direção Geral da Educação

ENEC – Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania

ISS – Instituto da Segurança Social

LIJ - Lar de Infância e Juventude

LPCJP – Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo

LPD – Lei de Proteção de Dados

LTE – Lei Tutelar Educativa

ONU – Organização das Nações Unidas

PSEI – Plano Sócio Educativo Individual

SS – Segurança Social

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

Introdução

O presente Relatório de Estágio foi realizado no âmbito do estágio curricular do Mestrado em Educação Social, Desenvolvimento e Dinâmicas Locais, da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

O estágio realizou-se em contexto de acolhimento residencial de crianças e jovens, no Colégio de S. Caetano, da Santa Casa da Misericórdia, e decorreu entre outubro de 2020 e junho de 2021.

Com este relatório pretende-se abordar temas bastante atuais e que se revelam essenciais à formação e desenvolvimento de crianças e jovens, neste contexto do acolhimento residencial. A importância do reconhecimento de emoções, a Educação para os *Media* e a Interculturalidade, foram os temas escolhidos para intervenção realizada durante o estágio curricular.

O educador no acolhimento residencial de crianças e jovens tem um papel fundamental no desenvolvimento socioeducativo, na promoção da educação emocional, na aproximação dos domínios que constam nas linhas orientadoras da educação para a cidadania em contexto escolar, como por exemplo os media e a interculturalidade. Neste trabalho em específico privilegiou-se a intervenção dos temas supramencionados no acolhimento residencial.

Este trabalho encontra-se dividido em quatro partes. O Capítulo I diz respeito ao Enquadramento Teórico onde se analisou, em detalhe, o Sistema de Proteção de crianças e jovens em Portugal, o Acolhimento Residencial e, por fim, o papel do Educador Social. O Capítulo II, diz respeito ao Enquadramento Institucional, onde se realizou uma breve caracterização da entidade acolhedora. No Capítulo III, apresentou-se o projeto de estágio intitulado de “Há sessão hoje?”, respetiva análise de necessidades, público-alvo, descrição, atividades realizadas e avaliação. No Capítulo IV é apresentada a autoavaliação deste estágio curricular.

Capítulo I

Enquadramento Teórico

1. Sistema de Proteção de crianças e jovens

1.1 Conceito de criança e jovem

A infância é uma das fases mais importantes na vida de um ser humano. É nesta fase que se adquirem competências e conhecimentos base essenciais para uma vida saudável e autónoma, uma vez que a criança começa a atribuir significado às suas diversas interações. Neste sentido, importa clarificar os conceitos de criança e de jovem.

A Convenção sobre os Direitos da Criança, considera criança “todo o ser humano menor de 18 anos, salvo se, nos termos da lei que lhe for aplicável, atingir a maioridade mais cedo” (p. 8, 2019).

A Organização das Nações Unidas (ONU), para fins estatísticos, define juventude como o “grupo etário composto por pessoas entre os 15 e os 24 anos” (ONU, 2021).

No entanto, a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP) (Lei n.º 147, de 1 de setembro de 1999), a qual será abordada adiante, define criança ou jovem como “a pessoa com menos de 18 anos ou a pessoa com menos de 21 anos que solicite a continuação da intervenção iniciada antes de atingir os 18 anos” (artigo 5.º).

1.2 Convenção sobre os Direitos da Criança

Um ano depois do fim da II Guerra Mundial, a 11 de dezembro de 1946, foi criada a Convenção sobre os Direitos da Criança, pela Assembleia das Nações Unidas quando confrontada com a realidade de milhões de crianças em profundo estado necessidade e sofrimento na Europa, a UNICEF, com o principal objetivo de dar resposta à situação de emergência em que estas crianças se encontravam. Esta seria responsável por prestar ajuda sem qualquer tipo de discriminação, quer de raça, cor, sexo, língua, opinião política ou outra característica. Desta forma, no seu meio de ação devem ser incluídas todas as crianças, dando prioridade às crianças que se encontram em situações mais desfavoráveis e aos países com mais necessidades. Importa salientar que, atualmente, a UNICEF é a

“principal agência humanitária que trabalha especificamente para a promoção e defesa dos direitos das crianças, presente em países devastados pelos conflitos e nas comunidades mais remotas, trabalhando para que todas as crianças tenham o direito à sobrevivência, educação, cuidados de saúde, nutrição adequada, acesso a água e proteção” (UNICEF, 2019).

Uns anos mais tarde, a 20 de novembro de 1989, a Assembleia das Nações Unidas adota a Convenção sobre os Direitos da Criança, ratificada em Portugal a 21 de setembro de 1990. Assim, os “direitos das crianças ficam salvaguardados no tratado mais amplamente

ratificado da história e que rege todo o trabalho da UNICEF: a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança” (UNICEF, 2019).

A Convenção sobre os Direitos da Criança, principal alicerce de todo o trabalho da UNICEF, reconhece “às crianças um conjunto de direitos para que possam viver, crescer, aprender num ambiente seguro e protetor, e participar na vida em sociedade”. As estratégias e programas desenvolvidos são centrados em cinco áreas consideradas fundamentais, de forma a garantir que os direitos da criança são cumpridos, nomeadamente a sobrevivência e desenvolvimento, educação, proteção infantil, alterações climáticas e, por fim, equidade.

1.3 Enquadramento Legal

Com o intuito de assegurar que os todos os direitos da criança são respeitados, torna-se essencial a existência de uma legislação que salvguarde e proteja o superior interesse da criança em todas as suas vertentes. Em Portugal, segundo a Constituição da República Portuguesa (CRP), “as crianças têm direito à proteção da sociedade e do Estado, com vista ao seu desenvolvimento integral” (artigo 69.º). O Estado português e a sociedade, em conjunto, devem garantir esta proteção a vários níveis, especialmente “contra todas as formas de abandono, de discriminação e de opressão e contra o exercício abusivo da autoridade na família e nas demais instituições” (Artigo 69.º). Devem, também, assegurar “especial proteção às crianças órfãs, abandonados ou por qualquer forma privadas de um ambiente familiar normal” (artigo 69.º). Ressalva-se, assim, a importância que o Estado e a sociedade têm, a vários níveis, na proteção e desenvolvimento das crianças e jovens da comunidade onde se inserem.

Em 1999, é aprovada a Lei n.º 147, de 1 de setembro, a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP), alterada a 8 de setembro de 2015 (Lei n.º 142/2015), que apresenta como principal objetivo a “promoção dos direitos e a proteção das crianças e dos jovens em perigo”, de forma a “garantir o seu bem-estar e desenvolvimento integral” (artigo 1.º).

De acordo com o artigo 3.º, a legitimidade da “intervenção para a promoção e proteção da criança e do jovem em perigo tem lugar quando os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto ponham em perigo a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento”. Assim, consoante o ponto 2 do mesmo artigo, existem algumas situações em que se considera que a criança ou o jovem esteja em perigo, nomeadamente, quando “está abandonada ou vive entregue a si própria” (al. a); “sofre maus-tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais” (al. b); “não recebe os cuidados ou a afeição

adequados à sua idade e situação pessoal” (al. c); “está aos cuidados de terceiros, durante período de tempo em que se observou o estabelecimento com estes de forte relação de vinculação e em simultâneo com o não exercício pelos pais das suas funções parentais” (al. d); “é obrigada a atividades ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento” (al. e); “está sujeita, de forma direta ou indireta, a comportamentos que afetem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional” (al. f) e, por fim, quando “assume comportamentos ou se entrega a atividades ou consumos que afetem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais ou representante legal (...) se lhes oponham de modo adequado a remover essa situação” (al. g).

Outra legislação que deve ser tida em conta é a Lei Tutelar Educativa (LTE), Lei n.º 166, de 14 de setembro de 1999, alterada a 15 de janeiro de 2015 (Lei n.º 4/2015). Segundo o artigo 2.º, esta lei tem como finalidade aplicar medidas tutelares educativas a jovens menores, com idade compreendida entre os 12 e os 16 anos, que “visam a educação do menor para o direito e a sua inserção, de forma digna e responsável, na vida em comunidade” (n.º 1). A aplicação de uma medida tutelar acontece aquando da prática de um facto, pelo menor, que seja qualificado pela lei como crime (artigo 3.º-B).

1.4 Instituições de Intervenção

De acordo com a LPCJP, a promoção dos direitos e a proteção da criança e do jovem compete às entidades com competência em matéria de infância e juventude, às comissões de proteção de crianças e jovens e aos tribunais (artigo 6.º).

Assim, as entidades com competência em matéria de infância e juventude diz respeito “às pessoas singulares ou coletivas, públicas, cooperativas, sociais ou privadas que, por desenvolverem atividades nas áreas de infância e juventude, têm legitimidade para intervir na promoção dos direitos e na proteção da criança e do jovem em perigo” (artigo 5.º, al. d). São estas entidades a escola, o sistema de saúde, a Segurança Social, Organizações não Governamentais, entre outras, que estão em contacto com a criança/jovem (Procuradoria-Geral Distrital do Porto, 2021).

Devido ao facto das entidades anteriormente mencionadas estabelecerem, de diversas formas, contacto com as crianças e jovens, a estas compete a promoção de ações de prevenção primária e secundária, que visem a promoção, defesa e concretização dos direitos da criança e do jovem (artigo 7.º, n.º 1). Sempre que a sua intervenção isolada se mostre pouco adequada à promoção e proteção da criança e do jovem, estas devem promover e

integrar parcerias e a elas recorrer, caso seja necessário (artigo 7.º, n.º 2). Importa salientar que a intervenção das entidades com competência em matéria de infância e juventude é feita de modo consensual com os pais, representante legal ou da pessoa que tenha a guarda de facto, consoante o caso (artigo 7.º, n.º 3).

Assim sendo, a estas entidades, segundo o artigo 7.º, ponto 4, compete “avaliar, diagnosticar e intervir em situações de risco e perigo” (al. a), “implementar estratégias de intervenção necessárias e adequadas à diminuição ou erradicação dos fatores de risco” (al. b), “acompanhar a criança, jovem e respetiva família em execução de plano de intervenção definido pela própria entidade, ou em colaboração com outras entidades congéneres” (al. c) e, por último, “executar os atos materiais inerentes às medidas de promoção e proteção aplicadas pela comissão de proteção ou pelo tribunal, de que sejam incumbidas” (al. d).

As CPCJ (Comissão de Proteção de Crianças e Jovens) são “instituições oficiais não judiciárias com autonomia funcional que visam promover os direitos da criança e do jovem e prevenir ou pôr termo a situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral” (artigo 12.º, n.º 1) e “exercem as suas atribuições em conformidade com a lei e deliberam com imparcialidade e independência” (artigo 12.º, n.º 2). Segundo o artigo 8.º, a sua intervenção acontece quando às entidades com competência em matéria de infância e juventude não seja possível “atuar de forma adequada e suficiente para remover o perigo em que se encontrem”.

No que diz respeito ao seu funcionamento, as CPCJ podem funcionar em duas modalidades diferentes, nomeadamente, comissão alargada ou restrita. À primeira, compete “desenvolver ações de promoção dos direitos e de prevenção das situações de perigo para a criança e jovem” (artigo 18.º) e, à segunda, “intervir nas situações em que uma criança ou jovem está em perigo” (artigo 21.º).

Com o principal intuito de supervisionar a intervenção e o trabalho desenvolvido pela CPCJ, estas são acompanhadas, apoiadas e avaliadas pela Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens que, segundo o Decreto-Lei n.º 159 de 10 de agosto de 2015, tem como missão “contribuir para a planificação da intervenção do Estado e para a coordenação, acompanhamento e avaliação da ação dos organismos públicos e da comunidade na promoção dos direitos e proteção das crianças e jovens” (artigo 3.º, n.º 1).

Este acompanhamento e apoio consiste, segundo o artigo 31.º, em “proporcionar formação especializada e informação adequadas no domínio da promoção dos direitos e da proteção das crianças e jovens em perigo” (al. a), “formular orientações e emitir diretivas genéricas relativamente ao exercício das competências das comissões de proteção, bem

como formular recomendações quanto ao seu regular funcionamento e composição” (al. b), “apreciar e promover as respostas às solicitações que lhe sejam apresentadas pelas comissões de proteção sobre questões surgidas no exercício das suas competências (al. c), “promover e dinamizar as respostas e os programas adequados ao desempenho das competências das comissões de proteção” (al. d), “promover e dinamizar a celebração dos protocolos de cooperação entre as entidades com competência em matéria de infância e juventude e as comissões de proteção necessários ao exercício das suas competências” (al. e), “promover mecanismos de supervisão e auditar as comissões de proteção” (al. f) e, por último, “participar na execução de inspeções à atividade das comissões de proteção promovidas pelo Ministério Público e a seu requerimento” (al. g).

A intervenção das entidades com competência em matéria de infância e juventude e das CPCJ, depende da “não posição da criança ou do jovem com idade igual ou superior a 12 anos” (artigo 10.º, n.º 1).

Os tribunais, no que concerne à promoção e proteção dos direitos da criança e do jovem, são, também, uma das instituições de intervenção. Assim, segundo o artigo 11.º, ponto 1, a intervenção judicial tem lugar quando “não esteja instalada comissão de proteção de crianças e jovens com competência no município ou na freguesia da respetiva área de residência” (al. a), os pais, representante legal ou pessoa que detenha a guarda de facto tenha “sido indicada pela prática de crime contra a liberdade ou a autodeterminação sexual que vitime a criança ou jovem carecidos de proteção, ou quando, contra aquela tenha sido deduzida queixa pela prática de qualquer dos referidos crimes” (al. b); “não seja prestado ou seja retirado o consentimento necessário à intervenção da comissão de proteção, (...) ou quando ocorra incumprimento do referido acordo de que resulte situação de grave perigo para a criança” (al. c), “não seja obtido acordo de promoção e proteção, mantendo-se a situação que justifique a aplicação de medida” (al. d), “a criança ou o jovem se oponham à intervenção da comissão de proteção, nos termos do artigo 10.º” (al. e), “a comissão de proteção não obtenha a disponibilidade dos meios necessários para aplicar ou executar a medida que considere adequada nomeadamente por oposição de um serviço ou entidade” (al. f), “decorridos seis meses após o conhecimento da situação pela comissão de proteção não tenha sido proferida qualquer decisão e os pais, representante legal ou jovem requeiram a intervenção judicial” (al. g), “o Ministério Público considere que a decisão da comissão de proteção é ilegal ou inadequada à promoção dos direitos ou à proteção da criança ou do jovem” (al. h), “o processo da comissão de proteção seja apensado a processo judicial, nos

termos da lei” (al. i), e, por último, quando “na sequência da aplicação de procedimento urgente” (al. j).

Importa realçar que existe um conjunto de princípios orientadores da intervenção (artigo 4.º), que devem ser tidos em conta aquando da intervenção das instituições anteriormente referidas, no que concerne à promoção e proteção da criança e do jovem em perigo, nomeadamente, o interesse superior da criança e do jovem, a privacidade, a intervenção precoce e a intervenção mínima, a proporcionalidade e atualidade, a responsabilidade parental, o primado da continuidade das relações psicológicas profundas, a prevalência da família, a obrigatoriedade da informação, a audição obrigatória e participação e, por último, a subsidiariedade.

1.5 Medidas de Promoção e Proteção

Uma vez que o que se pretende com esta lei é a proteção do superior interesse da criança e do jovem e o seu desenvolvimento integral, existem, assim, medidas de promoção e proteção que podem ser adotadas com vista a esse fim, como por exemplo, o apoio junto dos pais, apoio junto de outros familiares, confiança a pessoa idónea, apoio para a autonomia de vida, acolhimento familiar, acolhimento residencial e, por fim, confiança a pessoa selecionada para a adoção, a família de acolhimento ou a instituição com vista à adoção (artigo 35.º). Estas medidas são de aplicação exclusiva da CPCJ ou dos tribunais.

As medidas de promoção dos direitos e de proteção das crianças e jovens visam, segundo o artigo 34.º, “afastar o perigo em que estes se encontram” (al. a), “proporcionar-lhes as condições que permitam proteger e promover a sua segurança, saúde, formação, educação, bem-estar e desenvolvimento integral” (al. b) e, por fim, “garantir a recuperação física e psicológica das crianças e jovens vítimas de qualquer forma de exploração ou abuso” (al. c).

Segundo o artigo 35.º, estão previstas sete medidas de promoção e proteção, nomeadamente, o apoio junto dos pais (n.º 1, al. a), o apoio junto de outro familiar (al. b), a confiança a pessoa idónea (al. c), o apoio para a autonomia de vida (al. d), o acolhimento familiar (al. e), o acolhimento residencial (al. f) e, por fim, a confiança a pessoa selecionada para a adoção, a família de acolhimento ou a instituição com vista à adoção (al. g).

As medidas de promoção e de proteção dividem-se em dois tipos, medidas em meio natural de vida e medidas de colocação. Às primeiras correspondem o apoio junto dos pais, o apoio junto de outro familiar, a confiança a pessoa idónea e o apoio para a autonomia de vida. O acolhimento familiar e o acolhimento residencial, dizem respeito às medidas de

colocação (artigo 35, n.º 3). Em relação à última medida mencionada no artigo 35.º, “confiança a pessoa selecionada para a adoção, a família de acolhimento ou a instituição com vista a adoção” (n.º 1, al. g), no primeiro caso, esta deve ser executada no meio natural de vida e, no segundo e terceiro casos, em colocação (artigo 35.º, n.º 3).

Para uma melhor compreensão das medidas de promoção e proteção acima mencionadas, importa, então, apresentar uma breve definição de cada uma.

Assim, o apoio junto dos pais consiste em “proporcionar à criança ou jovem apoio de natureza psicopedagógica e social e, quando necessário, ajuda económica” (artigo 39.º). O apoio junto de outro familiar consiste na “colocação da criança ou do jovem sob a guarda de um familiar com quem resida ou a quem seja entregue, acompanhada de apoio de natureza psicopedagógica e social e, quando necessário, ajuda económica” (artigo 40.º). Sendo uma destas medidas aplicadas, os pais ou familiares a quem a criança ou jovem sejam entregues, estão sujeitos a receber educação parental, pelo que podem beneficiar de um programa de formação com vista ao melhoramento do exercício das funções parentais (artigo 41.º). Estas duas medidas podem, também, fornecer apoio à família, podendo abranger o agregado familiar da criança e do jovem (artigo 42.º).

A confiança a pessoa idónea consiste na “colocação da criança ou do jovem sob a guarda de uma pessoa que, não pertencendo à sua família, com eles tenha estabelecido relação de afetividade recíproca” (artigo 43.º, n.º 1). Se necessário, esta medida pode ser acompanhada de apoio de natureza psicopedagógica e social e até de ajuda económica (artigo 43.º, n.º 2).

Segundo o artigo 45.º, a medida de apoio para a autonomia de vida pretende proporcionar “diretamente ao jovem com idade superior a 15 anos apoio económico e acompanhamento psicopedagógico e social”, sobretudo através do acesso a programas de formação que visem proporcionar ao jovem condições que o habilitem e lhe permitam viver por si só, adquirindo progressivamente autonomia de vida.

A medida do acolhimento familiar consiste na “atribuição da criança ou do jovem a uma pessoa singular ou a uma família, habilitadas para o efeito, proporcionando a sua integração em meio familiar e a prestação de cuidados adequados às suas necessidades e bem-estar e a educação necessária ao seu desenvolvimento integral” (artigo 46.º, n.º 1). Esta medida tem lugar sempre que seja previsível a posterior integração da criança ou jovem numa família ou, não sendo esta possível, para a preparação da criança ou jovem para a autonomia de vida (artigo 46.º, n.º 3).

Já a medida do acolhimento residencial consiste na “colocação da criança ou jovem aos cuidados de uma entidade que disponha de instalações, equipamento de acolhimento e recursos humanos permanentes, devidamente dimensionados e habilitados, que lhes garantam os cuidados adequados” (artigo 49.º, n.º 1). Esta medida será posteriormente abordada com mais detalhe no capítulo seguinte.

Por último, a confiança a pessoa selecionada para a adoção, a família de acolhimento ou a instituição com vista a futura adoção, é uma medida que consiste na “colocação da criança ou do jovem sob guarda de família de acolhimento ou de instituição com vista a futura adoção (artigo 38.º- A, al. b). Esta medida dura até que seja decretada a adoção, não estando sujeita a revisão (artigo 32.º- A).

2. Acolhimento Residencial

Ao longo dos anos, o superior interesse da criança tem merecido especial atenção por parte do sistema jurídico português, já que pretende salvaguardar as crianças e os jovens de situações de risco e/ou de perigo em que possam estar inseridos, através da promoção dos seus direitos e da sua proteção, de forma a garantir o seu bem-estar e desenvolvimento integral (LPCJP, artigo 1.º).

De acordo com a LPCJ, existem várias medidas de promoção e proteção, já mencionadas anteriormente, que podem ser decretadas tanto pelas CPCJ, como pelos Tribunais. Neste capítulo, a medida de acolhimento residencial será abordada e analisada em mais detalhe.

2.1 Casa de Acolhimento Residencial

Inicialmente, na primeira versão da LPCJ (Lei n.º 147, de 1 de setembro de 1999), as crianças e jovens eram acolhidos em Lares de Infância e Juventude (LIJ). Mais tarde, com a alteração efetuada a 8 de setembro de 2015 (Lei n.º 142), estas instituições passaram a ser denominadas de Casa de Acolhimento Residencial (CAR), tornando, assim, dentro do possível, esta medida mais acolhedora.

Segundo o artigo 49.º da LPCJP, o acolhimento residencial consiste na “colocação da criança ou jovem aos cuidados de uma entidade que disponha de instalações, equipamento de acolhimento e recursos humanos permanentes, devidamente dimensionados e habilitados, que lhes garantam os cuidados adequados” (n.º 1) e tem como finalidade, através da criação de condições que o permitam, garantir a “adequada satisfação de necessidades físicas,

psíquicas, emocionais e sociais das crianças e jovens e o efetivo exercício dos seus direitos, favorecendo a sua integração em contexto sociofamiliar seguro e promovendo a sua educação, bem-estar e desenvolvimento integral” (n.º 2).

O acolhimento residencial, segundo o artigo 50.º da LPCJP, “tem lugar em casa de acolhimento e obedece a modelos de intervenção socioeducativos adequados às crianças e jovens que nela estão acolhidos” (n.º 1). Por sua vez, estas casas podem organizar-se em três unidades especializadas, designadamente, casas de acolhimento para resposta em situações de emergência (al. a), casas de acolhimento para resposta a problemáticas específicas e necessidades de intervenção educativa e terapêutica evidenciadas pelas crianças e jovens a acolher (al. b), e, por último, apartamentos de autonomização para o apoio e promoção de autonomia dos jovens (al. c) (artigo 50º, n.º 2).

No que diz respeito ao seu funcionamento, segundo o artigo 53.º da LPCJP, as casas de acolhimento são “organizadas em unidades que favoreçam uma relação afetiva do tipo familiar, uma vida diária personalizada e a integração na comunidade” e carecem de legislação própria.

O contacto entre a família e a criança/jovem acolhido é muito importante para o seu desenvolvimento integral e, para tal, “os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto da criança podem visitar a criança ou o jovem, de acordo com os horários e as regras de funcionamento da casa, salvo decisão judicial em contrário” (artigo 53, n.º 3).

Relativamente aos recursos humanos, as casas de acolhimento dispõem de três equipas, nomeadamente, a equipa técnica, a educativa e a de apoio, que articuladas entre si procuram alcançar o mesmo objetivo, servir o superior interesse da criança e do jovem em acolhimento.

Assim, segundo o artigo 54º da LPCJP, a equipa técnica é “constituída de modo pluridisciplinar e integra obrigatoriamente colaboradores com formação mínima correspondente a licenciatura nas áreas da psicologia e do trabalho social” (n.º 1, al. a), sendo o diretor técnico designado de entre estes. A equipa educativa, preferencialmente, integra colaboradores com formação profissional específica para o “acompanhamento socioeducativo das crianças e jovens acolhidos e inerentes à sua profissão de auxiliar de ação educativa e de cuidados de crianças” (artigo 54º, n.º 1, al. b). Por fim, a equipa de apoio “integra obrigatoriamente colaboradores de serviços gerais.

É importante salientar que existem duas modalidades de acolhimento, um de curta e um de prolongada duração. Segundo o artigo 50.º da LPCJP, o acolhimento de curta duração tem lugar em Centros de Acolhimento Temporário (CAT), uma vez que o tempo de

acolhimento não é superior a três meses. O prolongado tem lugar em Casa de Acolhimento Residencial, quando as circunstâncias do caso aconselham um acolhimento de duração superior a seis meses.

2.2 Processo de Acolhimento

O acolhimento de uma criança ou jovem é um momento decisivo, já que a experiência vivida durante esse período, sendo ela positiva ou negativa, vai influenciar a sua integração na casa (Instituto da Segurança Social (ISS), p. 27)¹. Assim, é fulcral que o acolhimento seja um momento em que a criança/jovem se depare com um ambiente recetível, agradável e aconchegante para que a sua integração na instituição seja tranquila.

A primeira impressão da criança/jovem em relação à instituição que o acolhe apresenta uma elevada importância, uma vez que será fulcral para a segurança e confiança futura da criança/jovem no novo espaço, nos adultos e nas restantes crianças e jovens da instituição.

De acordo com as diretrizes da Segurança Social (SS), a criança/jovem a ser acolhida, deve ser recebida por um elemento da equipa técnica ou da equipa educativa, para conhecer a instituição, o local que lhe será atribuído para guardar os seus bens pessoais e onde passará a dormir.

Durante a primeira semana, há um programa de acolhimento onde constam alguns pontos que são necessários realizar para que o acolhimento da criança/jovem decorra da melhor forma, como a designação do gestor de caso, a identificação e organização do espaço da criança/jovem, familiarização com os espaços comuns da instituição, com os restantes pares, com os adultos e respetivos espaços e suas funções e, por último, o conhecimento das regras e modo de funcionamento da instituição, quer pelas crianças/jovens quer pelas suas famílias (ISS, p.28)².

O gestor de caso designado para a criança/jovem, é o responsável “pela atualização, gestão e organização do processo individual de cada criança/jovem”, “pela potencialização do trabalho cooperativo entre si e o tutor social da criança/jovem”, “pela identificação dos comportamentos significativos, das facilidades e obstáculos à integração institucional e à

¹ Manual de Processos-chave: Lar de Infância e Juventude – Processo de Acolhimento, Segurança Social, 2007. É com bases nas orientações deste manual que o Colégio de S. Caetano organiza a sua organização e gestão.

² Informação retirada do Manual de Processos-chave: Lar de Infância e Juventude – Processo de Acolhimento, Segurança Social, 2007.

inclusão no grupo”, “pelo acompanhamento do programa de acolhimento” e “pelo acompanhamento da intervenção” (ISS, p. 28-29)³.

O processo de identificação e organização do espaço da criança/jovem é um momento de extrema importância, uma vez que ao ser acolhido numa instituição, a criança/jovem deixa para trás o seu contexto familiar e, conseqüentemente, a sua zona de conforto. Em certa parte, perdeu as suas referências e com elas as suas raízes, os seus pertences e, também, as suas boas e más recordações (ISS, p.29)⁴. Neste processo, é necessário que o gestor de caso, em conjunto com a criança/jovem e com o técnico da equipa educativa que lhe foi atribuído, proceda à identificação dos espaços que vai utilizar. Esta etapa passa por etiquetar as prateleiras e gavetas destinadas à arrumação dos seus pertences pessoais. Todo este processo deve assegurar à criança/jovem a maior segurança possível e o sentimento de individualidade e de controlo sobre as suas coisas (ISS, p. 29)⁵.

A próxima etapa, de familiarização com os espaços da casa, com os pares e com os adultos e suas respectivas funções, assume igual importância no processo de acolhimento. Assim, o gestor de caso deverá fazer a apresentação de todos os espaços da casa que serão usufruídos pela criança/jovem no seu dia a dia. A familiarização com os pares poderá ser potencializada pelo técnico da equipa educativa responsável pela criança/jovem em articulação com o restante grupo. Nesta fase, é importante a participação de todos os técnicos da casa, de forma a criar momentos de descontração e de quebra-gelo para que a criança/jovem se sinta integrada. Cada técnico da casa, deverá explicar à criança/jovem qual a sua função na casa e em que poderá ser-lhe útil durante o seu acolhimento (ISS, p. 29-30)⁶.

Por último, a criança/jovem deve desde o início estar familiarizada com as rotinas diárias e com as regras de funcionamento da casa. Este conhecimento possibilita que o jovem se sinta seguro e confiante relativamente à sua integração e inserção na dinâmica da instituição. No regulamento interno estão explicitas as regras e modo de funcionamento da casa (ISS, p.30)⁷.

³ Informação retirada do Manual de Processos-chave: Lar de Infância e Juventude – Processo de Acolhimento, Segurança Social, 2007.

⁴ Informação retirada do Manual de Processos-chave: Lar de Infância e Juventude – Processo de Acolhimento, Segurança Social, 2007.

⁵ Informação retirada do Manual de Processos-chave: Lar de Infância e Juventude – Processo de Acolhimento, Segurança Social, 2007.

⁶ Informação retirada do Manual de Processos-chave: Lar de Infância e Juventude – Processo de Acolhimento, Segurança Social, 2007.

⁷ Informação retirada do Manual de Processos-chave: Lar de Infância e Juventude – Processo de Acolhimento, Segurança Social, 2007.

2.3 Plano Sócio Educativo Individual

Aquando da chegada de uma criança/jovem à casa é fundamental realizar uma avaliação diagnóstica. Esta fornece um conjunto de informações à equipa técnica e educativa que lhes permite conhecer a criança/jovem a todos os níveis, como por exemplo as “áreas fortes e fracas do seu desenvolvimento, as suas características de personalidade e os seus comportamentos sociais” (ISS)⁸. É igualmente necessário conhecer a família e o contexto em que estavam inseridos, de modo a potencializar as condições necessárias para que a criança/jovem regresse o mais rápido possível ao seu seio familiar.

Segundo as instruções da SS (2007), as informações necessárias para esta avaliação devem ser recolhidas logo após a chegada da criança/jovem, sendo estas o mais pormenorizadas possível, relativamente à situação em que a mesma se encontrava, à sua história pessoal e da sua família. O levantamento desta informação é realizado de forma multidisciplinar, com a ajuda de entidades como os Tribunais de Família e Menores, a Equipa Multidisciplinar de Assessoria aos Tribunais, os Serviços Locais de Ação Social, as CPCJ, Hospitais e Centros de Saúde, Escolas⁹, entre outras entidades.

A elaboração de um Plano Sócio Educativo Individual (PSEI) baseia-se “nos objetivos identificados para cada criança/jovens que consubstanciam as suas necessidades sociais e educativas”¹⁰. Neste sentido, é através da realização da avaliação diagnóstica que o PSEI é devidamente elaborado, com base nas necessidades que inicialmente foram identificadas. Nele devem constar as estratégias a desenvolver dentro da instituição e, também, com a família de cada criança/jovem.

Assim, com a elaboração deste plano pretende-se que durante o acolhimento em instituição, a criança/jovem beneficie de projetos que lhe possibilitem a aquisição de comportamentos socialmente adequados, promoção de competências cognitivas, orientação escolar e vocacional, autonomia e integração na vida ativa, apoio para superar as suas dificuldades de aprendizagem e, por fim, a preparação para a saída da instituição¹¹.

⁸ Informação retirada do Manual de Processos-chave: Lar de Infância e Juventude – Avaliação Diagnóstica, Segurança Social, 2007.

⁹ Informação retirada do Manual de Processos-chave: Lar de Infância e Juventude – Avaliação Diagnóstica, Segurança Social, 2007.

¹⁰ Informação retirada do Manual de Processos-chave: Lar de Infância e Juventude – Plano Sócio Educativo Individual, Segurança Social, 2007.

¹¹ Informação retirada do Manual de Processos-chave: Lar de Infância e Juventude – Plano Sócio Educativo Individual, Segurança Social, 2007.

2.4 Projetos de Vida

O “projeto de vida é um elemento fulcral na intervenção a desenvolver durante o período de acolhimento e deverá ser “desenhado” à medida das necessidades individuais diagnosticadas” (Relatório CASA, 2019). Neste sentido, a cada criança/jovem deve ser assegurado, por parte da instituição que o acolhe, o apoio necessário e, conseqüentemente, as competências básicas para que o seu projeto de vida passe pela autonomização.

Este processo de autonomização, de acordo com o Relatório CASA¹², deve ser

“gradual com vista à vida independente, nomeadamente para os jovens cuja reunificação familiar ou encontro de outra solução familiar se encontram comprometidas ou mesmo inviabilizadas, e de acordo com programas de intervenção orientados para a promoção da autonomia, muito participados pelos próprios e positivamente avaliados” (2019).

Importa salientar que, no contexto do acolhimento residencial de crianças e jovens, o conceito de “projecto de vida configura uma estratégia de intervenção da estrutura residencial em parceria com outros actores sociais, implicando fortemente com as crianças e jovens acolhidos e suas famílias, tendo como objetivo principal a sua desinstitucionalização segura” (Manual de Boas Práticas¹³, s/d).

Neste sentido, as crianças/jovens com o projeto de vida com vista à autonomização pretende-se que estas, ao longo do acolhimento adquiram as competências e as ferramentas necessárias que lhes permitam seguir a sua vida da forma mais autónoma e independente possível.

3. O Educador Social e os Direitos da Criança

O reconhecimento da Educação Social e dos seus profissionais é ainda relativamente recente em Portugal. Por essa razão torna-se difícil arranjar uma única definição que retrate o que é a educação social e, conseqüentemente, os seus profissionais. No entanto, as várias definições de diferentes autores acabam por chegar às mesmas conclusões.

3.1 Educação Social

Em Portugal, a Educação Social é uma profissão relativamente recente. Surgiu, segundo Azevedo et al. (2014), essencialmente, devido aos problemas sociais causados pela industrialização que agravaram os problemas relacionados com as desigualdades sociais, que

¹² Informação disponível no Relatório CASA (2019) do Instituto da Segurança Social.

¹³ Informação retirada do Manual de Boas Práticas (s/d), da Segurança Social.

requereram a necessidade de “dar respostas inovadoras aos problemas sociais que iam surgindo numa sociedade cada vez mais complexa”.

A sua expansão resultou da consciente responsabilidade do Estado relativamente aos problemas sociais existentes, como a crescente complexidade da sociedade, o aumento da pobreza, vulnerabilidade social e conseqüente exclusão social. Neste sentido, devido à sua exigência, os sistemas de proteção social são os principais impulsionadores da Educação Social enquanto ação psicossocial e educativa.

Segundo Diaz (2006), citado por Azevedo et al. (2014), a Educação Social foi impulsionada por três grandes marcos, como a Declaração Universal dos Direitos do Homem, a Declaração dos Direitos da Criança e a Convenção dos Direitos da Criança.

A mudança do conceito de educação foi, também, outro fator que contribuiu para a expansão da Educação Social, uma vez que “deixa de ser encarada como património exclusivo da escola e passa a ser entendida como um processo contínuo, de aprendizagem ao longo da vida, aproximando-se da dimensão social e assumindo novas funções” (Azevedo et al. 2014).

De acordo com o Estatuto Profissional do Técnico Superior de Educação Social¹⁴, a Educação Social “consubstancia-se numa metodologia de intervenção sócio-pedagógica das ciências sociais e da educação que investiga e intervém ao nível das relações dos atores sociais que representam a organização e dinâmica social das sociedades e comunidades locais” (artigo 5, n.º 1). Baseia-se, também, “princípio da igualdade, onde todas as pessoas possuem direitos, oportunidades, capacidade, compromisso e responsabilidade no desenvolvimento da sua realização, valorização pessoal, social e profissional” (artigo 5, n.2). Assim, os profissionais desta área classificam-se, segundo o mesmo artigo como agentes, mediadores de processos de desenvolvimento e transformação comportamental de âmbito psicossocial.

3.2 Perfil e Competências

Esta profissão abrange uma variedade de áreas de intervenção, diversos contextos e situações em que este profissional atua. Neste sentido, o seu perfil e as suas competências devem adequar-se perante as diferentes situações com que se confronta na sua intervenção.

¹⁴ Associação dos Profissionais Técnicos Superiores de Educação Social, Proposta de Estatuto do Profissional Técnico Superior de Educação Social (2007). Disponível em: <http://www.aptses.pt/estatuto-do-tecnico-superior-de-educacao-social/>

Segundo Cardoso (2006), o Educador Social “caracteriza-se pela enorme capacidade de perceber a realidade, refletir, adaptar-se às dificuldades e encontrar saídas possíveis para os múltiplos problemas de âmbito social” (p. 7). Esta capacidade de adaptação permite que o Educador Social consiga conhecer, refletir e intervir em várias situações, públicos e em diferentes contextos. Este profissional deve privilegiar que a sua formação profissional seja rigorosa e articulando o conhecimento e formação pedagógica refletida com o mundo atual, que é fundamental para a visão e compreensão do mundo, à capacidade de orientação e decisão que, eventualmente em cada situação, poderá ter de tomar (Cardoso, 2006).

Assim, o Educador Social, no seu campo de intervenção, atua em diversas áreas. Este profissional:

“intervém com populações de todas as faixas etárias, que vão desde a infância e juventude à adultez e velhice; intervém com pessoas e grupos com problemas específicos, como por exemplo toxicodependentes ou pessoas que se prostituem; intervém em meio aberto, como sucede na intervenção comunitária e com sem abrigo, em meio semiaberto, como é o caso dos centros de dia, e meio fechado, como os estabelecimentos prisionais; intervém ao nível da prevenção primária, secundária e terciária e da inserção social, profissional, escolar, ao nível da saúde, da cultura, da educação e formação de adultos, da ocupação de tempos livres; intervém em contextos como a rua, a escola, a comunidade, a família e as instituições” (Azevedo et al. 2014, p. 117).

A par disto, segundo Cardoso (2006), o seu perfil deve ser “estruturado pelos saberes ser, estar e fazer” que lhe conferem “um conjunto de competências que o tornam capaz de agir técnica e pedagogicamente, com sensibilidade social e ética”. Já Azevedo et al. (2014) acrescenta ainda que a sua formação deve ser rigorosa e contínua e dela deve resultar “uma pluralidade de saberes que procuram responder às diversas problemáticas sociais”. Deve, também, conferir “competências de saber, saber ser, estar e fazer que o tornem capaz de agir pedagogicamente” e que, por isso, se devem basear “numa forte preparação para a caracterização das realidades sociais, para a conceção de projetos socioeducativos, para o trabalho interdisciplinar e para a intervenção em contextos variados” (p.120).

De acordo com Varela (2012) o educador social deve apresentar como características pessoais empatia, conhecimento social, comunicação e abertura, autocontrolo, autoestima e autoeficácia, trabalho em equipa e consciência profissional (p. 123). Assim, este profissional caracteriza-se por um ser um “dinamizador de grupos, capaz de lidar com os afetos, as emoções, as angústias, os êxitos e as desilusões das pessoas” e, também “um agente

promotor de mudanças e de aproveitamento dos recursos humanos e materiais disponíveis, quer a nível local, quer a nível regional” (Mateus, 2012).

Segundo Veiga & Cardoso (2011) o educador social

“é um profissional multifacetado, com uma formação abrangente, cuja ação, direcionada a pessoas individuais, grupos ou comunidades, e levada a cabo em múltiplas realidades, se concretiza no desenho, desenvolvimento e avaliação de ações socioeducativas com finalidades socializadoras, de promoção, participação, desenvolvimento e transformação social” (p. 25).

3.3 O papel do Educador Social no Acolhimento Residencial

No contexto do acolhimento residencial, o Educador Social assume um papel importante pela intervenção que realiza junto das crianças e jovens residenciais. A sua proximidade, o seu olhar atento, a disponibilidade e a abertura perante o mundo em seu redor, permitem a este profissional estar sempre pronto, em qualquer situação, para ouvir, ajudar e orientar, sem quaisquer julgamentos e juízos de valor.

Neste sentido, o grande papel do educador social e da restante equipa de trabalho na instituição de acolhimento é essencialmente “conseguir que as crianças e os jovens saibam tomar decisões de uma forma refletida e participem ativamente na definição e concretização do seu projeto de vida” (Gomes, 2010, p. 112).

A intervenção socioeducativa realizada pelo educador social caracteriza-se “pelo modo como utiliza o potencial já existente nas situações de aprendizagem, independentemente do contexto a partir do qual elas se revestem de significado” (Canastra & Malheiro, 2009).

No caso de ser uma medida de acolhimento mais prolongada e definitiva, o educador social assume um papel fundamental quer junto dos da criança/jovem, quer junto dos restantes profissionais. De acordo com Cardoso e Veiga (2011), este profissional pode “desempenhar um importante papel na promoção do respeito pela individualidade e na criação de espaços de intimidade e de privacidade” (p. 27).

Este pode ainda “desempenhar um papel fulcral no que concerne ao desenho e desenvolvimento dos “projectos de vida”, designadamente no que diz respeito à formação escolar, à orientação vocacional e à inserção social e profissional das crianças e jovens institucionalizados” (Santos, 2003, citado por Cardoso e Veiga, 2011, p.27).

Assim, de um modo geral, o educador social em contexto de acolhimento social pauta-se, essencialmente, pela sua capacidade de adaptação a toda a dinâmica institucional e, também, ao foco nas características individuais de cada criança/jovem. Isto porque todas

as crianças/jovens são diferentes, vivenciaram as mais variadas situações, logo a intervenção do educador deve ser adequada a cada uma delas em particular. Deve saber ser, estar e fazer sem julgamentos e tendo sempre em atenção que a sua ação pode influenciar a vida e o futuro destas crianças e jovens. Importa salientar que a sua intervenção, neste contexto em específico do acolhimento residencial, deve assumir como princípios base o superior interesse da criança e o seu desenvolvimento integral, respeitando sempre os seus direitos.

De acordo com a Direção Geral da Educação, mais concretamente a partir do Decreto-Lei 139/2021 de 5 de julho – Educação para a Cidadania – linhas orientadoras, a escola, enquanto instituição privilegiada no contexto de aprendizagem e do exercício da cidadania, beneficia de estatutos, técnicas e estratégias próprias que não são convertidas em outros contextos, como o acolhimento residencial. Destes dimensões da educação para a cidadania fazem parte: educação para os direitos humanos; educação ambiental/desenvolvimento sustentável; educação rodoviária; educação financeira; educação do consumidor; educação para o empreendedorismo; educação para a igualdade de género; educação intercultural; educação para o desenvolvimento; educação para a defesa e a segurança/educação para a paz; voluntariado; educação para os media; dimensão Europeia da educação; educação para a saúde e a sexualidade¹⁵.

Acrescenta-se, também, que o educador social se enquadra no perfil do professor da disciplina da *Cidadania e Desenvolvimento*, pelas características/competências que têm em comum. Mediante a Estratégia Nacional da Educação para a Cidadania (2017), destacam-se as seguintes:

- Deve demonstrar saber identificar e ter respeito pelas diferenças culturais de alunos/as e da restante comunidade educativa;
- Deve saber criar situações de aprendizagem para os/as alunos/as desenvolverem pensamento crítico, trabalho colaborativo e resolução de problemas;
- Deve saber potenciar situações de aprendizagem em articulação com a comunidade;
- Deve ter experiência de coordenação de equipas e capacidade organizativa;
- Deve frequentar/ter frequentado ações de formação sobre Educação para a Cidadania;
- Deve possuir competências de trabalho, nomeadamente, em metodologia de projeto;

¹⁵ Informação retirada de: “Educação para a Cidadania – Linhas Orientadoras”, Direção Geral da Educação, 2018. Disponível em https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ECidadania/Docs_referencia/educacao_para_cidadania_linhas_orientadoras_nov2013.pdf

- Deve possuir competências de utilização de meios tecnológicos;
- Deve conseguir estabelecer e manter relações empáticas com discentes;
- Deve sentir-se motivado para desempenhar tarefas, sem imposição superior;
- Ser reconhecido pelo conselho de turma como o/a docente adequada/o à coordenação da EC da respetiva turma.

Para além de todas estas competências associadas ao perfil do Educador, importa referir que o mesmo, enquanto promotor da intervenção socioeducativa, visa favorecer a autonomia do indivíduo; desenvolver atividades com objetivos educativos, culturais e lúdicos; potenciar a busca de informação e compreensão em torno de questões sociais; favorecer a participação de grupos e indivíduos; favorecer a melhor das competências e atitudes dos indivíduos; e favorecer a troca e transformação social (Varela, 2012, p.16).

Capítulo II

Enquadramento Institucional

1. Santa Casa da Misericórdia de Coimbra

Foi a partir de 1498 que a Rainha D. Leonor deu origem às Irmandades da Misericórdia, ao convidar os Homens bons a acudir e a responder às necessidades da sociedade (Santa Casa da Misericórdia de Coimbra, 2018)¹⁶.

A Santa Casa da Misericórdia de Coimbra tem como missão prestar, desenvolver e criar, segundo as 14 obras da Misericórdia da Doutrina e Moral Cristã, respostas apropriadas às necessidades da população. Neste sentido, através da excelência, dos elevados níveis de qualidade e ética profissional, pretende oferecer aos seus utentes, beneficiários e Irmãos, soluções inovadoras na prestação de serviços, com vista à melhoria das condições e da qualidade de vida da comunidade em geral e, em particular, dos mais desfavorecidos. Procura, simultaneamente, proteger e divulgar o seu património material, imaterial e, também, a sua cultura, mediante a promoção de iniciativas e parcerias que apoiem a economia social. (adaptado do site da Santa Casa da Misericórdia, 2018).

Como visão, a Santa Casa da Misericórdia de Coimbra, procura ser, em Portugal, uma instituição de referência no âmbito da Economia Social, “gerando sustentabilidade, integrada numa rede de parceiros sociais” (Santa Casa da Misericórdia de Coimbra, 2018). Neste sentido, objetiva a “melhoria contínua das suas práticas, a sustentabilidade, o incremento da qualidade, eficácia e eficiência, proximidade e humanização dos seus serviços e o aumento das respostas sociais emergentes, inovadoras e diversificadas, numa perspetiva psicossocial e espiritual daqueles que nos procuram” (Santa Casa da Misericórdia de Coimbra, 2018).

Esta instituição rege a sua ação por meio de diversos valores, tais como: a solidariedade, através do aumento de respostas sociais diversificadas; a igualdade e a justiça, privilegiando a igualdade de oportunidades e de tratamento de todas as pessoas; o espírito de equipa e cooperação, com base no espírito de entreatajuda entre todos; a sustentabilidade, mediante o compromisso de dar continuidade ao trabalho da Instituição; responsabilidade e profissionalismo, com base numa atitude responsável, ética e profissional; responsabilidade social, garantindo as necessidades aos utentes e à comunidade em que se inserem; e, por fim, a preocupação com o ambiente, por meio da promoção de boas práticas ambientais, que visem minimizar os efeitos adversos da sua atividade. (adaptado do site Santa Casa da Misericórdia de Coimbra, 2018).

¹⁶ Informação retirada do site oficial da Santa Casa da Misericórdia de Coimbra, disponível em: <https://www.misericordiacoimbra.pt/>

Já com cinco séculos de existência, a Santa Casa da Misericórdia de Coimbra, tem estado, desde sempre, empenhada em reestruturar o seu vasto património, com o objetivo “de continuar a cumprir da melhor forma aquilo que, desde a sua fundação, se encontra atestado no seu Compromisso: servir os desfavorecidos, vivendo o amor com esperança” (Santa Casa da Misericórdia de Coimbra, 2018). Importa referir que é no cariz das Obras da Misericórdia, que todo o programa social da instituição assenta.

A Santa Casa da Misericórdia de Coimbra oferece várias respostas sociais, tais como a Creche Margarida Brandão, o Colégio de S. Caetano – Casa de Acolhimento, o projeto - Apartamento Autonomização, o CATI- Centro de Apoio à Terceira Idade, a Loja Social e, por último, Residências Universitárias.

2. Colégio de S. Caetano – Casa de Acolhimento Residencial

O Colégio de S. Caetano, anteriormente designado por Lar de Infância e Juventude está em atividade desde o dia 15 de janeiro de 1804, nesta época, designado por Colégio dos Órfãos de S. Caetano. A sua criação decorreu da vontade de Caetano Correia Seixas, que no seu testamento, de 14 de novembro de 1786, deixou à Santa Casa da Misericórdia uma herança que ascendia a 97 contos de reis para, entre outras disposições, criar um colégio, com evocação S. Caetano a acolher “menis órfãos, pobres, enjeitados e desamparados” (Santa Casa da Misericórdia de Coimbra, 2018).

Enquanto Casa de Acolhimento Residencial, o Colégio de S. Caetano destina-se essencialmente a acolher crianças e jovens em situação de perigo, de modo a garantir todos os cuidados adequados às suas necessidades e de assegurar “condições que promovam os direitos das crianças consagrados na Convenção dos Direitos da Criança, nomeadamente o direito à educação, condições de saúde e bem-estar, com vista a um desenvolvimento integral harmonioso e uma adequada inserção social” (Santa Casa da Misericórdia de Coimbra, 2018).

O Colégio de S. Caetano apresenta como missão apoiar crianças e jovens que estejam privados de um ambiente familiar estável, proporcionando-lhes um acolhimento que assegure o seu bem-estar, afeto e educação, preservando a sua privacidade e intimidade, através da criação de condições que permitam o seu desenvolvimento e formação humana até ao momento da sua integração na sociedade (adaptado do site da Santa Casa da Misericórdia de Coimbra, 2018).

Apresenta como principal objetivo garantir a proteção e assistência necessárias, considerando sempre o interesse superior da criança/jovem. Com idades compreendidas entre os 6 e os 18 anos, com certas exceções até aos 23, a instituição tem capacidade para 30 crianças/jovens. Uma vez que funciona em regime aberto, possibilita a livre entrada e saída das crianças e jovens, tendo apenas como limites o resultado das suas necessidades educativas, bem como da proteção dos seus direitos e interesses. Os utentes, no seu dia a dia, são acompanhados 24 horas por dia por uma equipa composta por oito monitores.

Relativamente ao quadro técnico da instituição, este é composto por um Diretor (Provedor), uma Diretora Técnica, uma Técnica Superior de Serviço Social, uma Psicóloga e um Educador Social. As crianças e jovens estão inscritas em diversas escolas do concelho, desde o 1º ciclo até ao secundário, sendo que alguns já se encontram integradas em cursos profissionais. A instituição oferece, diariamente, uma sala de apoio escolar às crianças/jovens.

O Colégio de S. Caetano desenvolve várias atividades, sendo estas organizadas em cinco áreas: atividades livres; atividades orientadas; atividades não-escolares; atividades escolares; e, por último, atividades complementares. Em virtude das diversas parcerias estabelecidas com algumas instituições e clubes desportivos, as crianças e jovens têm a possibilidade de estar integrados em diversas atividades extracurriculares de modo a complementar o seu percurso escolar e potenciar um espaço lúdico, que permita o seu desenvolvimento em diferentes áreas). Tendo em conta os princípios que regem a Santa Casa da Misericórdia, as crianças e jovens participam na sagrada Eucaristia, que se realiza todos os sábados na Igreja da Misericórdia. Semanalmente, contam com sessões de reflexão moral e cívica, sob orientação do Capelão da Santa Casa da Misericórdia de Coimbra.

Capítulo III

Projeto de Estágio “Hoje há sessão?”

1. Introdução

Neste capítulo apresentamos o Projeto de Estágio realizado no Colégio de S. Caetano, da Santa Casa da Misericórdia. Este projeto centrou-se essencialmente em responder às necessidades existentes na casa, sobretudo às que surgiram da situação pandémica que vivemos no último ano.

Numa fase inicial do estágio, e devido à questão do distanciamento social que nos era imposto como medida de segurança, não foi fácil estabelecer uma relação de proximidade com as crianças e jovens da casa. Com o passar do tempo e com o início das sessões do projeto, a frase “Hoje há sessão?” começou a surgir entre os jovens de modo a saberem se, à quarta-feira de cada semana, haveria ou não sessão.

A verdade é que, passado um tempo, esta frase começou a fazer cada vez mais sentido e sempre que se dizia “Sim, hoje há sessão!” surgiam, muito discretamente, uns sorrisos no meio da correria constante da casa. Este encontro semanal representava um momento de aprendizagem e de reflexão em grupo, transmitindo assim a curiosidade por parte dos jovens relativamente ao que seria abordado em cada sessão. Assim, fez todo o sentido intitular este projeto de “Hoje há sessão?”.

De seguida, segue-se a análise de necessidades realizada do início do estágio, a caracterização do público-alvo, a descrição do projeto, os seus objetivos, a proposta de avaliação, as atividades propostas e, por último, a avaliação do mesmo.

2. Análise de necessidades

De acordo com Pérez Serrano (2008), “é preciso que o projeto se baseie numa necessidade real para a qual se pretende encontrar uma solução e, também, que esta possa ser resolvida com a colaboração de todos” (p. 31). Desta forma, e para que tal aconteça, torna-se indispensável fazer uma análise de necessidades.

Para este projeto, a análise de necessidades foi realizada através da observação direta, do contacto direto com as equipas técnica e educativa e, essencialmente, do contacto com os jovens. Esta análise resume, de um modo geral, algumas das consequências que a pandemia provocou, devido a todas as restrições que dela surgiram. Neste contexto em específico, do acolhimento residencial, estas consequências podem até ter sido agravadas, uma vez que estes jovens já experienciaram situações traumáticas ao longo dos seus poucos anos de vida. A implementação de novos procedimentos, as adaptações realizadas na organização da casa, as limitações de contactos sociais, familiares e de circulação, vieram provocar alterações no estado emocional destas crianças e jovens.

Através da observação realizada e tendo, também, em conta o Plano de Ação 2021¹⁷, do Colégio de S. Caetano, algumas das necessidades encontradas passam pela falta, por parte dos jovens, da partilha de sentimentos e ansiedade face ao futuro, pela gestão do stress, pelo convívio e a relação com os outros na gestão do espaço e das tarefas e, conseqüentemente, pela responsabilidade acrescida de cada um no seio do grupo, principalmente nesta situação atual de pandemia.

A par disto, e por ser um tema cada vez mais abordado nos dias de hoje, achou-se essencial abordar temas como a Educação para os *Media* e a Educação Intercultural.

A Educação para a Cidadania assume cada vez mais um papel importante no desenvolvimento pessoal e social dos jovens, uma vez que contribui para a “formação de pessoas responsáveis, autónomas, solidárias, que conhecem e exercem os seus direitos e deveres em diálogo e no respeito pelos outros, com espírito democrático, pluralista, crítico e criativo” (DGE, 2017)¹⁸.

Na Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ENEC) (2017), estão consagrados os diversos domínios da Educação para a Cidadania conforme devem ser trabalhados nas escolas. Os *media* e a interculturalidade (diversidade cultural e religiosa) são dois domínios que vão receber alguma atenção da nossa parte neste projeto.

Os *media* estão cada vez mais presentes na nossa vida e, por essa razão, tornou-se importante reforçar quer a sua relevância e o seu impacto, a nível positivo ou negativo. Acrescenta-se que a literacia mediática é a capacidade de criar, avaliar e compreender as mensagens dos vários meios de comunicação (Lopes, 2018). A escolha deste domínio vai também ao encontro do ensino *online*, tanto por facilitar o ensino contínuo em tempos de confinamento, como pelos perigos a que os jovens podem estar sujeitos.

A escolha da interculturalidade deve-se ao facto da maioria dos jovens estarem inseridos num agrupamento de escolas que é pautado por ter alunos de vários países e culturas diferentes. A este último juntou-se, também, uma parte mais lúdica, como os jogos tradicionais.

¹⁷ Documento em papel, consultado em novembro de 2020, cedido pelo Colégio de S. Caetano.

¹⁸ Informação retirada de: “Educação para a Cidadania – Linhas Orientadoras”, Direção Geral da Educação, 2017. Disponível em https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ECidadania/Docs_referencia/educacao_para_cidadania_linhas_orientadoras_nov2013.pdf

3. Público-alvo

No final do mês de outubro de dois mil e vinte, encontravam-se residencializados dezanove crianças e jovens, todos do sexo masculino, com idades compreendidas entre os onze e os vinte anos de idade.

De modo a manter o respeito, o sigilo a que me propus no início do estágio e, acima de tudo, a privacidade das crianças e jovens, e de acordo com a Lei de Proteção de Dados (LPD)¹⁹, a cada um deles será atribuída uma letra, para facilitar a sua identificação.

Inicialmente, aquando da minha chegada à instituição, foi-me atribuído um grupo de cinco jovens, cujas necessidades de intervenção estavam, na sua maioria, relacionadas com o seu estado socio emocional. Este grupo inicial era constituído pelos jovens A, C, D, E e I. Acompanhamos este grupo desde novembro até janeiro. Dois destes jovens tinham chegado recentemente à casa, por isso revelou-se fundamental a sua participação em projetos que contribuíssem para a sua plena integração na casa. Posteriormente, de fevereiro até maio, o grupo passou a ser constituído pelos jovens B, C, E, G, H e I, e, esporadicamente, com o jovem F.

Esta alteração aconteceu devido às adaptações que inevitavelmente ocorreram em virtude do segundo confinamento e, consequentemente, do ensino *online*. Assim, o grupo passou a ser constituído por jovens da mesma faixa etária, cujos horários das aulas eram idênticos. O jovem F, também da mesma faixa etária, foi acolhido em março e integrou o grupo sempre que estava disponível.

A informação seguinte foi retirada dos processos individuais de cada jovem, com o consentimento do orientador local, Dr. Rui Pedro Lopes, e da psicóloga da instituição, Dra. Joana Loio.

Jovem A

- **Data e motivo do acolhimento:** 2014; negligência, maus-tratos físicos e psicológicos, agregado familiar frágil e com dificuldades económicas.
- **Ano de escolaridade/Currículo específico individual:** 11º ano; medidas universais de suporte à aprendizagem e à inclusão

¹⁹ Nos termos do artigo 10º da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto (LPD) “de acordo com o disposto no n.º 5 do artigo 38.º do RGPD, o encarregado de proteção de dados está obrigado a um dever de sigilo profissional em tudo o que diga respeito ao exercício dessas funções, que se mantém após o termo das funções que lhes deram origem”.

- **Breve descrição:** É um jovem com baixa autoestima e com relações de vinculação apenas em contexto de instituição. Relaciona-se com os outros jovens com desconfiança e por vezes de forma abusiva. Não apresenta alterações de comportamento quer em contexto escolar, quer em contexto institucional. Mostra receio e é descrente em relação ao seu futuro, face às suas próprias limitações e disfuncionalidade familiar.

Jovem B

- **Data e motivo do acolhimento:** 2021; absentismo e abandono escolar.
- **Ano de escolaridade/Currículo específico individual:** 5º ano; não.
- **Breve descrição:** Jovem doce, amável, simpático, mas facilmente influenciável pelos pares. Vivía num contexto familiar disfuncional. Apresentava absentismo, oposição e agressividade em contexto escolar. Carece de imposição de regras, limites, responsabilização e de um ambiente organizado e estruturante.

Jovem C

- **Data e motivo do acolhimento:** 1ª vez em 2016 – CAT da Figueira da Foz; 2ª vez em 2020 - Colégio de S. Caetano. Dinâmica familiar disfuncional, violência doméstica, maus-tratos físicos e psicológicos, negligência.
- **Ano de escolaridade/Currículo específico individual:** 7º ano; não.
- **Breve descrição:** Jovem meigo, tranquilo, mas que demonstra baixa autoestima. Não apresenta alterações de comportamento, não é desafiador nempositor. Apresenta alguma imaturidade e irresponsabilidade face à escola, em termos de assiduidade, material e de trabalhos de casa.

Jovem D

- **Data e motivo do acolhimento:** 2020; negligência, maus-tratos físicos e psicológicos.
- **Ano de escolaridade/Currículo específico individual:** 10º ano; não.
- **Breve descrição:** Jovem educado e respeitador. Apresenta um discurso de vitimização e não reage bem quando é contrariado. O pedido de institucionalização foi solicitado pelo jovem.

Jovem E

- **Data e motivo do acolhimento:** 2019; negligência, falta de acompanhamento e supervisão por parte dos progenitores, que apresentam défice cognitivo moderado.
- **Ano de escolaridade/Currículo específico individual:** 9º ano e beneficia de medidas adicionais.
- **Breve descrição:** É um jovem simpático, empático e que se relaciona de forma adequada com os pares e adultos. Comportamento adequado na escola e instituição. Expressa frequentemente o seu desejo e regressar à família.

Jovem F

- **Data e motivo do acolhimento:** 2021; negligência por parte dos progenitores, problemas de comportamento na escola.
- **Ano de escolaridade/Currículo específico individual:** 5º ano; medidas universais de suporte à aprendizagem e à inclusão.
- **Breve descrição:** Jovem simpático e afável. Demonstra desinteresse e irresponsabilidade pela escola. Respeita os pares e os adultos, embora, por vezes, não cumpra as regras existentes. Apresenta um baixo equilíbrio emocional e comportamental.

Jovem G

- **Data e motivo do acolhimento:** 2018; instabilidade família, alterações acentuadas de comportamento.
- **Ano de escolaridade/Currículo específico individual:** 6º ano; não.
- **Breve descrição:** É um jovem com baixa autoestima, permanentemente insatisfeito e com uma enorme revolta interior perante a sua história familiar. Apresenta um comportamento desafiante, opositor e provocador. Mostra total desmotivação e irresponsabilidade face à escola. Tem dificuldades na relação com os outros devido ao seu relacionamento sistematicamente desafiador, desadequado e agressivo.

Jovem H

- **Data e motivo do acolhimento:** 2020; falecimento da mãe e pai ausente.
- **Ano de escolaridade/Currículo específico individual:** 6º ano; não.
- **Breve descrição:** Jovem afável, simpático e com comportamento adequado na relação com pares e adultos, nos diferentes contextos em que está inserido. Não apresenta problemas de comportamento.

Jovem I

- **Data e motivo do acolhimento:** 2015; negligência generalizada, habitação sem condições de higiene e segurança, limitação ao nível da educação parental.
- **Ano de escolaridade/Currículo específico individual:** 7º ano; não.
- **Breve descrição:** Jovem tímido, meigo, carente, que procura e dá afeto. Sem problemas de comportamento. Empenhado a nível escolar e cumpridor em contexto institucional.

4. Descrição

Após um período de observação e tendo em conta a análise de necessidades, o projeto desenvolvido consistiu essencialmente em abordar temas atuais que contribuíssem para a formação e desenvolvimento dos jovens e que fossem, igualmente, pertinentes e do seu interesse.

Neste seguimento, os temas abordados foram as emoções, onde o que se pretendia era que os jovens conseguissem reconhecer as suas emoções, saber geri-las e, essencialmente, saber reconhecer a sua importância em momentos e situações específicas. A Educação para os *Media*, cujo propósito foi abordar os perigos dos *media*, como o *Cyberbullying* e o *Sexting*, as consequências negativas que destes podem advir e respetivos comportamentos e atitudes responsáveis que podem ser adotados. Por fim, na temática da Interculturalidade, a par dos conceitos e da sua importância, a sua finalidade foi essencialmente suscitar o interesse dos jovens para a mesma, através de jogos tradicionais de vários países.

Posto isto, os objetivos e as atividades propostas surgiram a partir de uma reflexão das necessidades existentes, tendo sempre em conta as sugestões dadas quer pelo orientador local, quer pelos restantes profissionais da casa.

5. Objetivos

O projeto desenvolvido durante o estágio teve sempre em consideração a análise de necessidades realizada no início do mesmo, o funcionamento da casa, a perspectiva e a opinião dos profissionais da casa, tanto da equipa técnica como da equipa educativa e, acima de tudo, o interesse e o bem-estar das crianças e jovens.

Assim, com o decorrer do projeto alguns dos temas abordados foram adaptados às necessidades sentidas na altura e, sobretudo, aos jovens, dada a incerteza que o período de confinamento e o conseqüente isolamento social transmitiam. Também as atividades acabaram por sofrer alterações para que os jovens tivessem a oportunidade de desfrutar de um momento na semana de descontração e, acima de tudo, de aprendizagem e reflexão em grupo.

Posto isto, o projeto “Hoje há sessão?” tem como objetivos gerais e específicos:

1. Integrar a dinâmica do Colégio de S. Caetano;

- 1.1. Conhecer o funcionamento da Instituição;
- 1.2. Analisar os documentos oficiais da Instituição
- 1.3. Colaborar nas atividades propostas pela Instituição;
- 1.4. Criar relações de confiança com a equipa técnica e educativa.

2. Promover relações de proximidade com o grupo;

- 2.1. Promover a coesão do grupo;
- 2.2. Desenvolver relações de confiança entre o grupo;
- 2.3. Estabelecer relações de confiança com o grupo;
- 2.4. Estimular o trabalho em equipa dos jovens;
- 2.5. Promover o respeito e a confiança.

3. Planificar atividades educativas para os jovens

- 3.1. Abordar temáticas sensibilizadoras;
- 3.2. Dinamizar atividades sobre as temáticas;
- 3.3. Identificar as necessidades educativas dos jovens.

4. Compreender a importância das emoções;

- 4.1. Reconhecer as emoções e sentimentos positivos e negativos que existem;

- 4.2. Expressar emoções e sentimentos;
- 4.3. Desenvolver a empatia para com o outro;
- 4.4. Promover a gestão de conflitos e sentimentos negativos;
- 4.5. Compreender a importância das emoções e dos sentimentos na nossa vida;
- 4.6. Compreender que todas as emoções são válidas;
- 4.7. Analisar a importância das emoções e sentimentos;
- 4.8. Criar dinâmicas sobre o tema;
- 4.9. Estimular o espírito crítico dos jovens.

5. Promover a educação para os *media*;

- 5.1. Reconhecer os vários perigos dos *media*;
- 5.2. Identificar as consequências negativas dos *media*;
- 5.3. Abordar o *Cyberbullying* e o *Sexting*;
- 5.4. Discutir comportamentos responsáveis a adotar no uso dos *media*;
- 5.5. Promover a reflexão crítica.

6. Promover a interculturalidade;

- 6.1. Conhecer os conceitos que compõem o tema;
- 6.2. Reconhecer a importância da educação intercultural;
- 6.3. Estimular o interesse dos jovens pela interculturalidade;
- 6.4. Explorar jogos tradicionais de diversos países;
- 6.5. Promover a aceitação do outro e da sua cultura.

7. Desenvolver competências profissionais como Técnica Superior de Educação;

- 7.1. Compreender o papel do profissional de educação numa casa de acolhimento;
- 7.2. Consolidar competências adquiridas ao longo da licenciatura e do mestrado;
- 7.3. Colaborar na ações e competências do colégio;
- 7.4. Proporcionar momentos de sensibilização.

6. Proposta de avaliação

Inicialmente, a avaliação consistia em recolher o feedback dos jovens através de algumas questões, orais e escritas, colocadas no final de cada sessão. Com o passar das sessões, notou-se que os jovens não se sentiam à vontade para escrever sobre a sua opinião em relação às mesmas. Neste seguimento, foi necessário alterar a estratégia de avaliação.

Foi, então, criado um sistema de *smiles*, onde os jovens, no final de cada sessão recebiam a sua grelha individual e um conjunto de *smiles* para realizar a avaliação da mesma. O conjunto de *smiles* continha as opções “adorei”, “assim-assim” e “não gostei”.

No final no projeto, foi realizado um grupo focal, como estratégia formativa, de modo a ter uma melhor perceção sobre o impacto que o mesmo teve nos jovens.

Mais à frente neste relatório serão apresentadas as conclusões retiradas deste grupo focal.

7. Atividades propostas – “Hoje há sessão?”

As atividades desenvolvidas no âmbito do projeto, ocorreram sempre à quarta-feira, na sala de atividades do colégio, tendo em conta o funcionamento da instituição, as atividades extracurriculares dos jovens, as suas rotinas e as da casa, e o seu tempo livre.

O projeto contou com quinze sessões, divididas em três grupos. Seis sessões foram dedicadas ao conhecimento do grupo, estabelecimento das regras da sala e do grupo e sobre a importância do conhecimento das emoções e sentimentos; quatro dedicadas à educação para os media e, por último, cinco sessões dedicadas à educação intercultural. As sessões e respetivos conteúdos foram, na maioria das vezes, planeadas com uma a duas semanas de antecedência.

As sessões realizadas foram implementadas por nós e são da nossa autoria. Destinavam-se ao grupo inicial de cinco jovens e, posteriormente ao grupo final de sete jovens. Nem todas as sessões foram frequentadas por todos os jovens, devido a outras atividades em que estavam inseridos, nomeadamente, acompanhamento psicológico e consultas médicas.

De seguida, serão apresentadas as atividades do projeto que foram desenvolvidas, divididas por grupos, tendo em consideração as temáticas abordadas. Assim, o Grupo 1 engloba as sessões que foram destinadas ao conhecimento e formação do grupo, delimitação de regras e exploração e reconhecimento de emoções; o Grupo 2, as sessões sobre os *media*,

nomeadamente os perigos, consequências e comportamentos responsáveis a adotar; e, por último, o Grupo 3 as sessões sobre a interculturalidade e jogos tradicionais.

Grupo 1 – Conhecimento e formação do grupo e importância das emoções

As sessões deste grupo destinaram-se, essencialmente, ao conhecimento e formação do grupo. O recurso a dinâmicas de grupo nesta fase foi muito importante uma vez que estas técnicas “são utilizadas em várias situações para desenvolver uma maior atividade grupal”, além disto “são técnicas de comunicação que se utilizam para estabelecer melhores relações humanas e proporcionam uma certa base de organização para que o grupo funcione realmente como tal” (Pérez Serrano, 2008, p.50).

Sessão 1 – Formando o Grupo

Objetivos: Promover a coesão do grupo; desenvolver relações de confiança entre o grupo; estabelecer relações de confiança com o grupo; promover o respeito e a confiança.

Implementação: A sessão “Formando o Grupo” serviu, essencialmente, para formar e conhecer o grupo. Foi realizada uma dinâmica de quebra-gelo, “A Teia”, que permitiu ao grupo descontraír e ficar mais envolvido na realização da mesma. De modo a conhecer um pouco mais os membros do grupo, cada um preencheu um brasão, onde constavam as seguintes questões: “Eu sou bom a...”, “Eu gostava de ser bom a...”, “A minha principal qualidade é...” e “O meu principal defeito é...”. Para finalizar, de forma a obter algum feedback por parte dos jovens sobre a sessão, foram colocadas algumas questões já num momento mais descontraído. A matriz de planificação desta sessão encontra-se no apêndice I.

Sessão 2 – Discutindo as regras em grupo

Objetivos: Definir as regras do grupo/sala; compreender a importância do cumprimento de regras; estabelecer uma relação de confiança entre o grupo; reconhecer emoções.

Implementação: Esta foi a sessão onde o grupo, em conjunto, definiu as regras do grupo e da sala. Inicialmente foi solicitado aos jovens que, através de uma “Chuva de Ideias” enumerassem as regras que conheciam de diversos sítios, como por exemplo, regras de higiene e segurança, regras para entrar e sair da sala de atividades, regras para jogar e falar em grupo, regras de comportamento, regras de boa educação, regras de relacionamento. Pretendia-se com esta dinâmica que fossem os jovens a definir as regras do grupo e da sala

em conjunto, tendo como ponto de partida as regras que estes já dominavam de outros contextos e situações. Para além disto, também foi abordada a importância e a necessidade do cumprimento de regras em contexto de grupo. De seguida, realizou-se o jogo, “Pote das Emoções”, onde aquilo que se pretendia era que um jovem tirasse de um saco um papel que continha uma determinada emoção/sentimento e representá-la ao grupo através de mímica. Assim que a emoção/sentimento fosse descoberta pelo grupo, o jovem em questão colocava a emoção no pote e escolhia um colega para o substituir. A planificação desta sessão encontra-se no apêndice II.

Sessão 3 – Bingo!

Objetivos: Desenvolver relações de confiança entre o grupo; desenvolver a empatia para com o outro; compreender que todas as emoções são válidas; analisar a importâncias das emoções e sentimentos.

Implementação: Nesta sessão (apêndice III), após um momento inicial de relaxamento, foi realizado o jogo, “Bingo das Emoções”. O jogo funcionou como o bingo tradicional, sendo que os números foram substituídos por emoções (apêndice IV). Este jogo teve três variantes: a primeira, onde se jogou conforme o jogo tradicional, o primeiro a completar todas as emoções era o vencedor; a segunda, onde sempre que um jovem completava uma linha tinha de dizer uma frase onde constasse umas das emoções dessa linha; e, por último, sempre que uma linha fosse completada, o jovem tinha que contar uma história onde estivesse presente uma das emoções dessa linha.

Sessão 4 – Caça às Regras

Objetivos: Estimular o trabalho em equipa; promover a coesão do grupo; desenvolver a empatia para com o outro.

Implementação: A matriz de planificação desta sessão encontra-se no apêndice V. Inicialmente foi realizada uma dinâmica, “Era uma vez um gato maltês”, para disponibilizar o grupo para a sessão e, também, para reforçar a confiança e a ligação entre os membros do grupo. Posteriormente, foi realizada uma “Caça às Regras”. As regras, que já tinham sido definidas pelos jovens na sessão 2, estavam escondidas pela sala de atividades e, através das pistas entregues a cada jovem, estes tinham de as encontrar. No final, cada jovem leu em voz alta as regras que tinha encontrado ao grupo. Para que ficassem sempre à vista de todos,

as regras foram coladas na “Árvore das Regras” que posteriormente foi afixada à parede da sala (apêndice VI).

Sessão 5 – Identifico e descrevo emoções

Objetivos: Desenvolver a empatia para com o outro; compreender que todas as emoções são válidas; analisar a importância das emoções e sentimentos; reconhecer as emoções e sentimentos positivos e negativos que existem.

Implementação: De modo a iniciar a sessão de forma diferente, através da dinâmica “Isto é” os jovens tiveram a oportunidade de dar vida a um objeto imaginário. O mesmo passava de mão em mão até que todos os membros estivessem realmente convencidos de que o objeto estava presente na sala. Posteriormente, foram entregues a cada jovem sete emoções (feliz, triste, raiva, calmo, medo, nervoso, confuso) e catorze frases. Individualmente, cada jovem atribuía a uma emoção as frases que lhe faziam mais sentido e, no final, partilhava com o grupo quais as frases que atribuiu a cada emoção. A matriz de planificação desta sessão encontra-se no apêndice VII.

Sessão 6 – Jogo de Memória

Objetivos: Estimular o trabalho em equipa; reconhecer as emoções e sentimentos positivos e negativos que existem; compreender que todas as emoções são válidas.

Implementação: Esta foi a última sessão (apêndice VIII) em que foram realizadas atividades/jogos apenas sobre emoções. Através do “Jogo de Memória das Emoções” foi possível relembrar e fazer um apanhado geral sobre o tema. Como esta sessão foi realizada depois do Natal, no final da sessão os jovens tiveram a oportunidade de refletir sobre as suas férias e como se sentiram durante esta época, partilhando as suas reflexões com o grupo.

Grupo 2 – Educação para os Media

Sessão 7 – Testando conhecimentos

Objetivos: Estabelecer relações de confiança entre o grupo; estimular o trabalho em equipa dos jovens; avaliar o conhecimento dos jovens sobre os *media*.

Implementação: Para dar início à sessão (apêndice IX), foi realizada a dinâmica “Sorriso Milionário” com o intuito de deixar os jovens tranquilos e descontraídos. Esta sessão consistiu em avaliar o conhecimento dos jovens sobre os *media* e a sua utilização em geral. O grupo foi dividido em dois e foram colocadas algumas questões, as quais foram

respondidas oralmente. Este momento de partilha de conhecimento e de opiniões, serviu como ponto de partida para as sessões que se seguiram sobre o tema.

Sessão 8 – Sei identificar!

Objetivos: Estimular o trabalho em equipa dos jovens: reconhecer os vários perigos dos *media*; identificar as consequências negativas dos *media*; abordar o *Cyberbullying* e o *Sexting*; discutir comportamentos responsáveis a adotar no uso dos *media*; promover a reflexão crítica.

Implementação: No início da sessão (apêndice X) realizou-se uma dinâmica de confiança para disponibilizar os jovens para o momento que se seguia. Depois, formaram-se os grupos da sessão anterior e cada um deles visualizou um vídeo. O primeiro grupo viu um vídeo que retratava o *Cyberbullying* e o segundo o *Sexting*. Pretendia-se com este momento que os jovens, em grupo, fossem capazes de identificar os crimes que estavam presentes nos vídeos, distingui-los, enumerar as consequências negativas e identificar comportamentos responsáveis que poderiam ser adotados face à situação. Para orientar a discussão dos jovens nesta atividade, foi entregue a cada grupo uma folha onde constavam as seguintes questões “Qual o perigo presente no vídeo?”, “Identificaram alguma ação incorreta no vídeo? Qual?”, “Que atitudes responsáveis poderiam ser adotadas?” e “Conhecem alguém que tenha sofrido deste crime? Se sim, o que fizeram para ajudar essa pessoa?”.

Sessão 9 – Cyberbullying

Objetivos: Reconhecer os vários perigos dos *media*; identificar as consequências negativas dos *media*; discutir comportamentos responsáveis a adotar no uso dos *media*; promover a reflexão crítica; desenvolver a empatia para com o outro.

Implementação: Esta sessão (apêndice XI) foi dedicada apenas ao *Cyberbullying*. Inicialmente fez-se um levantamento do conhecimento dos jovens sobre este conceito e, no final, apresentou-se a definição do mesmo. Posteriormente, os jovens foram divididos em três duplas e cada um recebeu, em papel, uma situação diferente. Pretendia-se que os jovens conseguissem identificar a forma de *cyberbullying* que estava retratada em cada situação. No final, os jovens preencheram duas imagens, numa primeira imagem exemplos de comentários negativos que se pode receber virtualmente e noutra como se sente alguém que sofre de *cyberbullying* depois de pedir ajuda.

Sessão 10 – Sexting

Objetivos: Reconhecer os vários perigos dos *media*; identificar as consequências negativas dos *media*; discutir comportamentos responsáveis a adotar no uso dos *media*; promover a reflexão crítica; desenvolver a empatia para com o outro.

Implementação: Seguindo o registo da sessão anterior, esta sessão (apêndice XII) foi apenas dedicada ao *Sexting*. Foram escondidos pela sala de atividades seis peças de um puzzle (apêndice XIII). Pretendia-se que cada jovem encontrasse uma peça e que posteriormente descobrisse o colega com a peça correspondente. Após as peças estarem corretamente correspondidas, os jovens tiveram a oportunidade de partilhar a história do puzzle ao grupo e de partilhar opiniões sobre a mesma.

Grupo 3 – Educação Intercultural

Sessão 11 – Interculturalidade

Objetivos: Desenvolver relações de confiança entre o grupo; promover a interculturalidade

Implementação: O jogo da “Cabra-Cega” foi o escolhido para iniciar a sessão. Para finalizar a sessão (apêndice XIV), numa das paredes estavam afixadas algumas imagens que ilustravam a interculturalidade (apêndice XV). Após algum tempo de observação por parte dos jovens e de reflexão entre eles, conseguiram chegar à conclusão de que a próxima sessão seria sobre a interculturalidade.

Sessão 12 – Definir conceitos

Objetivos: Conhecer os conceitos que compõem o tema; estimular o interesse dos jovens pela interculturalidade.

Implementação: A sessão (apêndice XVI) iniciou-se com a dinâmica “Verdade ou Mentira”, em que cada interveniente escrevia num papel uma verdade e uma mentira a seu respeito, dizia em voz alta e o grupo tinha de identificar qual a verdade e qual a mentira. De seguida, em cima da mesa estavam vários conceitos que fazem parte da Educação Intercultural. Ao lado, estavam as respetivas definições. Um a um, cada jovem tirava uma definição e tentava ligar ao conceito a que a mesma correspondia. No final, todas as definições foram afixadas na sala de atividades (apêndice XVII).

Sessão 13 e Sessão 14 – Jogos Tradicionais ao Redor do Mundo

Objetivos: Estimular o interesse dos jovens pela interculturalidade; explorar jogos tradicionais de diversos países; promover a aceitação do outro e da sua cultura.

Implementação: Em ambas as sessões os procedimentos foram os mesmos, mas com jogos diferentes. Com o passar das sessões a disponibilidade e o interesse por parte dos jovens relativamente a atividades mais práticas e dinâmicas foi gradualmente mais evidente. Neste sentido e uma vez que estávamos a abordar a temática da interculturalidade, tivemos a oportunidade de conhecer jogos tradicionais de vários países e algumas curiosidades sobre os mesmos e respetivas culturas.

Assim, iniciou-se a sessão 13 (apêndice XVIII) com o Jogo do Stop. Com este jogo pretendia-se que os jovens falassem sobre a sua semana e partilhassem as suas experiências com o grupo. Através do desenrolar do jogo e tendo como ponto de partida as histórias que iam sendo partilhadas, surgiu a oportunidade de promover a empatia e de reforçar a importância que este conceito assume os dias de hoje. De seguida, foram apresentados dois jogos de países diferentes, Brasil com o jogo “Pato, Pato, Ganso” e Colômbia com “Tingo, Tingo, Tingo”.

Na sessão 14 (apêndice XIX) os países selecionados foram a Austrália, com o jogo “Para baixo, baixo, baixo” e Itália com o “Jogo da Velha”.

Com esta partilha pretendia-se mostrar aos jovens que os jogos tradicionais são um exemplo de interculturalidade, uma vez que o mesmo jogo pode ser jogados em diversos países.

Sessão 15 – Explorando o conceito de Educação Intercultural

Objetivos: Promover a interculturalidade.

Implementação: Para concluir esta temática, pretendia-se com esta sessão (apêndice XX) sintetizar o conceito de educação intercultural. Assim, através de um texto os jovens refletiriam juntos sobre o mesmo e identificariam quais os pontos chave do mesmo para posteriormente partilhar com o grupo (apêndice XXI). De seguida, foi apresentado um caso prático onde o que se pretendia era mostrar aos jovens o que é de facto a interculturalidade e tudo o que ela engloba, promovendo a empatia pelo diferente e pelo outro. Por fim, através da imagem de um mapa mundo (apêndice XXII), foi possível localizar os países e assim perceber que apesar de países e distâncias diferentes, acabamos por estar todos ligados uns aos outros.

8. Avaliação da intervenção: reações e aprendizagens

No presente tópico será apresentada a avaliação das sessões realizadas ao longo do estágio, nomeadamente as do projeto “Hoje há Sessão?”.

Inicialmente a avaliação foi realizada através do feedback por escrito dos jovens no final de cada sessão. No entanto, foi necessário adotar outra estratégia, uma vez que os jovens não estavam a aderir à estratégia adotada inicialmente. A avaliação passou a ser realizada através do preenchimento de uma grelha de avaliação, com recurso a *smiles*.

Neste sentido, a avaliação passou a ser realizada com base no modelo multinível e hierárquico de Kirkpatrick (2010). Este modelo é composto por quatro níveis. O primeiro onde se avaliam as reações dos participantes, no segundo as aprendizagens, no terceiro o comportamento e no quarto os resultados da formação.

Após a realização de todas as sessões e, como consolidação de conhecimentos, foi realizado um grupo focal.

Sessão 1 – Formando o Grupo

Nesta sessão estiveram presentes os jovens A, C, D, E e I.

As questões colocadas para avaliação da sessão foram: “Gostaram das atividades?”, “Sentiram-se bem?”, “O que gostaram menos?”, “O que gostaram mais?” e “Sentiram alguma dificuldade?”.

Através da observação direta realizada durante a sessão, notou-se que os jovens ainda não se sentiam à vontade para expressar a sua opinião, daí a necessidade de continuar o processo de estabelecer relações de confiança entre e com o grupo.

No início da sessão os jovens estavam notoriamente constrangidos e pouco conectados com o que estava a acontecer. Provavelmente devido ao facto de ser uma experiência nova e por ainda não se sentirem integrados do grupo.

De um modo geral a sessão correu bem, o orientador local esteve presente do início ao fim o que acabou por dar aos jovens algum conforto.

Sessão 2 – Discutindo as regras em grupo

Nesta sessão estiveram presentes os jovens A, C, D, E e I.

A avaliação desta sessão foi realizada através de um momento reflexivo individual. As questões colocadas foram “Nessa sessão eu gostei mais de...” e “No final desta sessão estou a sentir-me?”. Tendo em conta as respostas dadas pelos jovens e a observação direta

realizada, os jovens, no geral, gostaram mais do jogo da mimica “por ser divertido e diferente” e sentiam-se todos “feliz”, à exceção de um jovem que se sentia “indeciso”.

No início da sessão, os jovens chegaram um pouco agitados e foi-lhes solicitado que andassem pela sala, em silêncio, sem tocarem uns nos outros. Após este momento de relaxamento, começou-se a atividade das regras. Inicialmente, demonstraram pouco interesse em participar, mas a partir do momento em que, através de uma “Chuva de Ideias”, iniciámos um momento de reflexão em grupo as ideias começaram logo a surgir e, consequentemente o interesse dos jovens.

Em relação ao jogo “Pote das Emoções”, algumas das emoções eram difíceis de adivinhar através da mímica. Esta dificuldade permitiu que os jovens se ajudassem mutuamente, contribuindo assim para a criação de relações de confiança entre o grupo.

Sessão 3 – Bingo!

Nesta apenas estiveram presentes três jovens, C, D e E.

No momento inicial de relaxamento foi necessário parar a meio, chamar os jovens à atenção e recomeçar novamente. A sessão começou trinta minutos mais tarde do que o previsto devido ao facto de dois dos jovens terem tido acompanhamento psicológico. No entanto, enquanto o orientador local esteve presente na sessão, os jovens mantiveram um comportamento responsável e estável. Na segunda ronda do jogo, momento em que o orientador optou por nos deixar sozinhos, os jovens ficaram um pouco mais descontraídos e começaram a entrar na brincadeira uns com os outros. Neste momento foi difícil voltar a atenção dos jovens para o jogo. Tornou-se necessário inserir a regra “quem falar é desqualificado” para que fosse possível concluir a atividade até ao fim.

No final da sessão, foi solicitado aos jovens que deixassem uma mensagem positiva dentro de uma caixa para que mais tarde pudessem recordar. Os jovens não demonstraram interesse em escrever uma mensagem, por iniciativa própria optaram por dizer uma emoção que descrevesse a sessão no seu geral. Assim, os jovens mencionaram “Otimista”, “Indeciso” e “Feliz”.

Sessão 4 – Caça às Regras

Nesta sessão estiveram presentes todos os jovens.

A sessão, de um modo geral, correu muito bem. Apesar de ter começado bem depois da hora, os jovens demonstraram alguma inquietação, uma vez que pensavam que pela

demora já não haveria sessão. Com o decorrer desta atividade foi possível observar a entreajuda e o companheirismo entre os jovens.

Num momento mais descontraído foram colocadas as seguintes questões “Gostaram?”, “Foi Divertido”, “Como se sentiram?”, “Do que menos gostaram?”. O feedback desta sessão foi muito positivo. Foi notória a satisfação dos jovens com o jogo da “Caça às Regras”. No final, a opinião era unanime, todos gostaram muito que as atividades realizadas fossem mais “mexidas” e “divertidas”.

Sessão 5 - Identifico e descrevo emoções

Nesta sessão esteve presente todo o grupo.

O início da sessão foi um pouco conturbado. Os jovens não entenderam muito bem a dinâmica inicial e foi necessária a intervenção do orientador local para que a mesma pudesse realmente acontecer. A atividade seguinte correu bem e os jovens participaram de forma adequada, partilhando entre si as suas escolhas.

No final, pra terminar a sessão, foi solicitado aos jovens que desenhassem a sua mão numa folha e que, em cada dedo, respondessem às seguintes perguntas “O Momento da sessão que vão guardar para sempre”, “Um compromisso que querem fazer com o grupo”, “O que menos gostaram”, “Como se sentiram” e “O que mais gostaram”. Mais uma vez, neste tipo de atividade que requer momentos de reflexão e escrita, os jovens não se mostraram muito recetivos à realização da atividade, o que tornou um pouco difícil a sua concretização. De modo a contornar esta situação, os jovens tiveram a possibilidade de oralmente darem a sua opinião sobre a sessão. No geral “foi uma sessão mais ou menos” devido ao facto de “a atividade das emoções ser de pensar mais”. reforçaram, ainda, a ideia de que gostam de jogos como o da caça às regras uma vez que são “o tipo de jogos divertidos e diferentes” de que gostam.

Sessão 6 – Jogo de Memória

Nesta sessão estiveram presentes os jovens A, D e E.

A avaliação desta sessão foi apenas realizada através de observação direta. O jogo de memória correu bem e os jovens, por iniciativa, jogaram umas três vezes. Demonstraram bastante interesse e até competiram entre todos de modo a ver quem vencia mais vezes o jogo. Em relação à reflexão sobre as férias de Natal, nem todos estavam dispostos a partilhar experiência com os restantes colegas. No entanto ainda expressavam alguma felicidade por

terem passado tempo com as suas famílias e, também, satisfação por estarem de regresso ao colégio e novamente juntos com os restantes jovens e equipas técnica e educativa.

Sessão 7 – Testando conhecimentos

Esta sessão foi a primeira realizada depois da interrupção letiva derivada do segundo confinamento. Devido a esta interrupção e à alteração das dinâmicas da casa, a partir desta sessão, o grupo, como já foi referido anteriormente, passou a ser constituído pelos jovens B, C, E, G, H e I.

A avaliação desta sessão foi realizada através do preenchimento da grelha de avaliação (apêndice XXIII).

Os jovens, de uma forma geral, não demonstravam vontade de participar na sessão. Depois de explicar e iniciar a dinâmica, foi notória a sua gradual satisfação e interesse pelo jogo. O mesmo aconteceu com a atividade de introdução ao tema. No início apenas dois jovens, um de cada grupo, estavam a responder às questões que eram colocadas. Com o avançar do tempo, os restantes jovens começaram a entrar gradualmente na partilha de ideias e de conhecimentos com o grupo.

Esta sessão surpreendeu pela positiva. Apesar de no início os jovens não terem mostrado interesse, com o desenrolar das atividades acabaram por participar de forma ativa.

Sessão 8 - Sei identificar!

Nesta sessão estiveram presentes todos os jovens.

A avaliação desta sessão foi realizada através do preenchimento da grelha de avaliação (apêndice XXIV). A sessão acabou por não decorrer como previsto, uma vez que o vídeo sobre o *Sexting* despoletou nos jovens uma série de comentários inapropriados à situação, revelando, assim, a sua imaturidade perante o tema. Esta situação fez com que um dos grupos não terminasse as atividades previstas para a sessão, acabando por abandonar a sala de atividades. Já o outro grupo completou as atividades previstas e, no final, acabou por tentar justificar a atitude dos colegas. Após este momento invulgar e pouco agradável tornou-se necessário alterar a abordagem das sessões seguintes de modo a evitar que situações como esta voltassem a acontecer.

Sessão 9 – Cyberbullying

O grupo esteve todo presente nesta sessão.

Esta foi avaliada através do preenchimento da grelha de avaliação (apêndice XXV). Devido ao facto de a sessão anterior não ter corrido como planeado, foi necessário modificar o tipo de intervenção e, conseqüentemente, as atividades a realizar. Assim, as atividades passaram a ser mais diretas, mais curtas e o mais dinâmicas possível. Só desta forma foi possível manter os jovens concentrados e dispostos a participar nas atividades propostas. Dois jovens mais velhos, por terem tido conhecimento do desfecho da sessão anterior, estiveram presentes nesta sessão. A sua presença foi importante, em primeiro porque os restantes jovens perceberam que os colegas mais velhos estavam dispostos a participar e em segundo porque demonstrou preocupação e, essencialmente, interesse pelas atividades que estavam a ser realizadas.

De uma forma geral, a sessão correu bem e foi notório o interesse dos jovens e a sua energia por atividades mais lúdicas.

Sessão 10 – Sexting

Nesta sessão estiveram presentes todos os jovens, com exceção do jovem E.

A avaliação foi realizada através de observação direta e do preenchimento da grelha de avaliação (apêndice XXVI). Esta sessão foi relativamente rápida. Como na sessão 8 a temática do *sexting* tinha despoletado um alvoroço entre os jovens, optou-se por nesta sessão realizar uma atividade mais prática e direta sobre a mesma temática. A procura do puzzle pelo grupo foi um momento de descontração e de diversão entre os jovens. No final, quando os puzzles já se encontravam correspondidos, os jovens partilharam entre si as suas opiniões relativamente ao tema. Nesta sessão, participaram, novamente, os dois jovens mais velhos que estiverem presentes na sessão anterior.

Sessão 11 – Interculturalidade

Nesta sessão estiverem presentes todos os jovens, com exceção do jovem E.

Seguindo os procedimentos da sessão anterior, a avaliação foi realizada através de observação direta e com o preenchimento da grelha de avaliação (apêndice XXVII).

A sessão correu bem e os jovens colaboraram prontamente nas atividades do início ao fim. No jogo inicial, os jovens estavam constantemente a desrespeitar as regras previamente estabelecidas. No entanto, foi possível ajustar as regras do jogo para que o mesmo fosse realizado até ao fim. No final da sessão, depois de um momento de reflexão e troca de opinião entre os jovens, o grupo conseguiu chegar à conclusão de que o próximo tema a ser abordado estaria relacionado com a interculturalidade.

Sessão 12 – Definir conceitos

Nesta sessão esteve presente o grupo habitual, com exceção do jovem I. O jovem F, recém-chegado à casa, também participou na sessão. A avaliação foi realizada através de observação direta e com o preenchimento da grelha de avaliação (apêndice XXVIII).

Na dinâmica inicial, de um modo geral, todos os jovens tiveram dificuldades em escrever uma verdade e uma mentira sobre si. Depois de ter sido exemplificado o que se pretendia com a dinâmica, foi possível terminar a mesma com sucesso. Relativamente à atividade dos conceitos, os jovens aderiram bastante e no final foram capazes de definir alguns sem ver as respetivas definições.

O grupo recebeu muito bem o jovem F e durante toda a sessão estiveram constantemente a explicar como funcionavam as sessões e em que é que consistiam.

Sessão 13 e Sessão 14 – Jogos Tradicionais ao Redor do Mundo

Na primeira sessão estiveram presentes todos os jovens com exceção dos jovens B e F. Já na segunda, estiveram os jovens todos com exceção do jovem F.

A avaliação foi realizada através de observação direta e com o preenchimento da grelha de avaliação, sendo o apêndice XXIX da sessão 13 e apêndice XXX da sessão 14.

Ambas as sessões foram muito divertidas e, de um modo geral, o feedback foi muito positivo. Foi muito satisfatório ver que alguns jovens não faziam ideia de que o mesmo jogo podia ser jogado de outra forma ou ter outro nome em outros países. Houve pequenos momentos de discórdia, sobretudo quando alguém começa a perder vantagem no grupo.

Estas foram das sessões mais comentadas pelos jovens com o restante pessoal da casa. Ouvia-se pelos corredores “foi tão fixe, queremos mais uma sessão assim para a semana”, “quem me dera que fosse sempre alguma coisa deste tipo”.

Sessão 15 – Explorando o conceito de Educação Intercultural

Nesta sessão estiveram os jovens todos com exceção do jovem I. Quase a meio da sessão, juntou-se o jovem F.

A avaliação foi realizada através de observação direta e com o preenchimento da grelha de avaliação (apêndice XXXI).

Com esta sessão pretendia-se, essencialmente, sintetizar o conceito de educação intercultural. Por essa razão, foi uma sessão que requeria alguma concentração por parte dos

jovens. O momento de reflexão sobre a mesma originou momentos de risadas e distração. No entanto, foi possível realizá-la até ao final.

Após as atividades terem terminado, alguns jovens demonstraram tristeza por ser a “última sessão em que estamos só nós” e que não queriam “que terminasse agora”.

Grupo Focal

A avaliação final foi realizada através de um grupo focal, também designado por *focus group*. Segundo Silva, Veloso e Keating (2014), um “*focus group*, também designado como grupo de discussão, é uma técnica que visa a recolha de dados, podendo ser utilizada em diferentes momentos do processo de investigação” (p. 117).

Esta técnica qualitativa de recolha de dados, para além de ser uma técnica muito utilizada em investigações, pode também ser utilizada para outros fins como para “obtenção de informação sobre um tópico de interesse; gerar hipóteses de investigação; estimular novas ideias e conceitos criativos; diagnosticar os potenciais problemas com um novo programa, produto ou serviço” (Stewart et al. (2007), citado por Silva, Veloso & Keating (2014)).

Para a concretização deste grupo focal foi elaborado o guião, revisto pelo orientador local, que se encontra no apêndice XXXII. Para além disto, os jovens que participaram no grupo focal assinaram um consentimento informado (apêndice XXXIII), de forma a estarem conscientes sobre o que iria ser realizado.

De seguida, serão apresentadas as conclusões retiradas do grupo focal realizado. Importa salientar que o grupo focal²⁰ não será transcrito na sua totalidade uma vez que identificaria muito os jovens que nele participaram.

Tabela 1 - Transcrição das Questões do Grupo Focal

Questões	Respostas
1. Para começar, estou interessada em conhecer como foi a vossa experiência ao participar neste projeto. Podem falar-me da vossa experiência?	“eu sentia-me melhor depois... porque saía daqui com mais alguma coisa na cabeça” “bem” “eu das vezes que vim gostei, só não vim mais por causa das consultas com a psicóloga” “eu sentia-me bem”

²⁰ De forma a salvaguardar a identidade dos jovens intervenientes neste grupo focal, serão apenas transcritos os elementos necessários à avaliação do projeto. Posto isso a sua utilização foi parcial e complementar, apenas como estratégia formativa e de revisão do projeto e conseqüente reforço das atividades.

	<p>“sim, eu gostei das atividades que fazíamos, foram muito boas”</p>
<p>Pergunta de Bolso: O que é que não vão esquecer?</p>	<p>“os jogos... eu gosto dos jogos... principalmente aqueles dos países”</p> <p>“das atividades, dos perigos da internet e daquele... da... educação intercultural”</p> <p>“vou-me sempre lembrar das tuas atividades”</p> <p>“dos jogos que eu não conhecia e que fizemos aqui”</p> <p>“daquele jogo... o da cabra-cega. Foi muito fixe”</p>
<p>2. Falamos da importância das emoções no nosso dia a dia. Sentem que após termos falado sobre essa importância conseguem identificar algumas delas durante o vosso dia a dia?</p>	<p>“sim”</p> <p>“eu estou sempre alegre”</p> <p>“depende do que se está a passar na vida, às vezes também fico mais triste”</p> <p>“consigo identificar quando estou nervoso e também quando fico triste”</p>
<p>Pergunta de Bolso: E nas pessoas à vossa volta?</p>	<p>“consigo identificar nas pessoas à minha volta... ele (aponta pra um colega) por exemplo está nervoso”</p> <p>“eu consigo pela expressão delas”</p> <p>“eu conheço muito a cara das pessoas quando estão todas contentes”</p> <p>“e pela forma de falar”</p> <p>“também pelos gestos do corpo”</p>
<p>3. Relativamente à temática dos media, falamos em dois perigos muito frequentes nos dias de hoje. Conseguem dizer-me quais são?</p>	<p>“falamos do bullying e do sexting”</p> <p>“falamos do cyberbullying e do sexting”</p> <p>“do bullying que acontece pela internet e o outro da partilha de fotos das namoradas”</p>
<p>Pergunta de Bolso: Já tiveram conhecimento de alguém que tivesse passado por uma dessas situações?</p>	<p>“conheço um rapaz que sofreu de bullying e dei-lhe conselhos para não se suicidar, que é o que eles querem fazer agora”</p> <p>“eu conheço pessoas que já passaram por coisas assim”</p> <p>“lá na escola existem aqueles grupinhos que são mais maldosos e quando vi que estavam a ser maus para um amigo disse logo para ele ir falar com a diretora”</p> <p>“eu ajudava-o, levava o rapaz à direção”</p> <p>“imagina se fossem três a sofrer... eu ajudava os três”</p>

	<p>“se gozassem com alguém da minha turma, eu sou daquelas pessoas que era capaz de fazer um discurso para toda a gente, daqueles em voz alta, a dizer – se vocês fossem essa pessoa gostavam que vos fizessem isso?”</p>
<p>4. Ambas estas situações podem trazer consequências negativas à vida da vítima. Podem dar-me alguns exemplos?</p>	<p>“pode cometer suicídio” “podem ser agredidos” “às vezes as pessoas gozam com as pessoas feias” “outras gozam porque pensam que são superiores aos outros, mas não são” “às vezes metem-se com pessoas do nível abaixo porque sabem que essas pessoas não se conseguem defender” “pode ficar mal da cabeça” “pode ficar isolada dos amigos”</p>
<p>Pergunta de Bolso: Qual a vossa opinião sobre as pessoas que praticam estes crimes?</p>	<p>“são pessoas más” “que não têm mais nada que fazer da vida” “pessoas que têm ciúmes” “têm raiva de uma coisa e vão descarregar numa pessoa”</p>
<p>5. No vosso dia a dia, que conselhos poderiam dar a uma pessoa vítima de uma dessas situações?</p>	<p>“falar com um polícia ou também com os pais” “podem denunciar a situação” “bloquear a pessoa” “não partilhar dados pessoais na internet”</p>
<p>Pergunta de Bolso: E se fossem vocês que cuidados tinham?</p>	<p>“primeiro eu não partilhava nada e depois só usava a internet para jogar” “não andava com grupos de rapazes que são maus para as outras pessoas” “não tinha redes sociais”</p>
<p>Pergunta de Bolso: Que comportamentos adequados podem ser adotados?</p>	<p>“não andar com certas pessoas” “ignorar as pessoas que gozam com outras” “trocar de escola para fazer amizades novas”</p>
<p>6. Relativamente à interculturalidade, vocês fazem parte de um agrupamento de escolas que acolhe alunos de diversas culturas. Acham que é importante conhecer outras culturas?</p>	<p>“sim, podemos aprender novas coisas e que até nos podem ajudar a ter futuro” “é bom ter amigos diferentes” “sim, podemos aprender mais sobre outras culturas através dos jogos tradicionais”</p>

	<p>“sim, é importante conhecer amigos novos”</p> <p>“porque vemos as várias línguas que existem no mundo e que não conhecemos”</p> <p>“através dessas pessoas conseguimos conhecer mais ou menos o país delas”</p> <p>“Jogos são bons para conhecer outras pessoas”</p> <p>“inserir as pessoas novas no nosso grupo de amigos”</p> <p>“levá-los para jogarem futebol conosco”</p>
<p>8. Em relação à vossa participação neste projecto, vocês acham que isto vos mudou de alguma forma? Que agora estão diferentes, ou veem as coisas de uma forma diferente da que viam antes?</p> <p>9. Quando abordámos a importância das emoções no vosso dia-a-dia, os perigos que os media escondem, a forma como a interculturalidade está presente na nossa comunidade, isso ajudou-vos a compreender melhor esses assuntos? Ajudou-vos a compreender melhor os vossos colegas da escola?</p>	<p>“eu antes ajudava a defender as pessoas que precisavam, mas agora fiquei a saber mais”</p> <p>“foi bom, na minha opinião, aprendi mais e acho que até no futuro posso contar isto aos meus filhos e eles também vão aprender”</p> <p>“isto da interculturalidade fez-me pensar.. tipo, se vier um estrangeiro tenho que o ajudar e acolher”</p> <p>“perceber isto é bom porque ajudamos as pessoas que estão sozinhas”</p>
<p>10. Para terminar, gostava que me dissessem se acham que vão continuar a falar sobre estes temas daqui para frente. Se vão continuar a colocar em prática tudo isto que aprendemos juntos ao longo deste tempo.</p>	<p>“sim, foi uma ajuda para perceber estes temas nos nossos dias”</p> <p>“eu quero que nunca mais aconteça o crime do cyberbullying por isso espero que não tenha de falar nele outra vez porque quero que deixe de existir”</p> <p>“foi, vou pôr em prática”</p> <p>“vai ficar tudo na cabeça”</p> <p>“para ser melhor para os amigos”</p> <p>“para não fazer cyberbullying nem sexting”</p> <p>“podia até apresentar à turma, na aula de cidadania um trabalho a falar destes temas”</p> <p>“valeu a pena, sim”</p>

De um modo geral, a avaliação deste projeto revelou-se muito positiva. Apesar de ter sido lento e gradual o envolvimento dos jovens nas atividades, podemos concluir que no final, a sua curiosidade e interesse foram importantes para a aquisição de conhecimento sobre as temáticas abordadas.

Nota-se, após a audição das gravações do grupo focal, que não foram muitos os termos técnicos que os jovens adquiriram. Continuam a falar das temáticas abordadas através da linguagem prática que utilizam no seu dia a dia. No entanto, pode concluir-se que, de facto, o seu leque de conhecimento nestas temáticas aumentou, mostraram saber identificar e reconhecer emoções em si e nas pessoas ao seu redor, identificar e compreender a existência dos perigos e dos comportamentos responsáveis a adotar nos *media* e, por último, a importância que o acolhimento assume em contextos que envolvem pessoas de diversas culturas. Os jovens não responderam diretamente às questões todas, respondendo indiretamente a várias numa só resposta, sendo que por isso nem todas as questões do grupo focal se encontram na tabela 1.

A par disto e tendo em consideração a avaliação realizada quer através da observação direta, quer através da grelha de avaliação, foi possível concluir que alguns jovens não se sentiam à vontade para realizar atividades escritas e que esse fator determinava a sessão como “assim-assim”. Por outro lado, a partir do momento em que as atividades começaram a ser mais práticas, lúdicas e diretas, o gosto e satisfação dos jovens começou a melhorar.

Com o decorrer das sessões notou-se que o conhecimento sobre as temáticas abordadas, nesta faixa etária em específico, é relativamente baixo. No entanto, mesmo sem recorrer à utilização de termos técnicos, os jovens são completamente capazes de mostrar a sua opinião e de refletir em grupo sobre diversas questões.

9. Atividades complementares

Durante o estágio curricular foram, também, realizadas atividades técnicas de diversas áreas. Estas atividades permitiram conhecer de forma mais detalhada todo o processo de gestão e organização de uma casa de acolhimento.

Foram atividades como a leitura dos processos individuais das crianças e jovens residencializados, que nos permitiu conhecer o pouco melhor a sua história até à sua chegada à casa; atualização dos processos médicos após as consultas; a aplicação do questionário de satisfação do colégio, realizado sempre no final do ano civil e que permite compreender melhor a opinião das crianças e jovens relativamente à sua estadia na casa; o apoio no ensino à distância, bem como o acompanhamento ao estudo, principalmente durante o período de confinamento; e, por último, o auxílio nas dinâmicas da casa como os momentos de refeição, por exemplo.

Para além destas foram, também, concretizadas atividades.

Aos sábados, e sempre que possível, disfrutávamos de tardes de cinema. Os filmes foram sempre escolhidos tendo em conta as preferências dos jovens. Estas sessões de cinema consistiam em através de filmes de animação colocar os jovens a refletir sobre determinadas situações. Um exemplo, através do filme “Divertidamente” foi possível refletir sobre a importância de estarmos bem e de conseguirmos identificar como nos sentimos em determinadas situações.

A par destas sessões, também foram realizadas tardes de jogos tradicionais. Estas tardes contribuíram para a união dos jovens e, também, para a prática de atividade física em grupo.

Na época do Natal, os jovens tiveram a oportunidade de colaborar na montagem do presépio e na decoração da entrada do colégio (apêndice XXXIV) para colocar junto do presépio da instituição.

Festejamos o Dia Mundial da Poesia através de um concurso de poesia (apêndice XXXV), onde todos os jovens da casa poderiam participar. Esta atividade teve muita adesão.

Outra atividade realizada consistiu num apoio individualizado, a um jovem em específico que beneficiou de momentos semanais para desenvolver competências básicas como a noção dos meses, dias da semana e estações do ano (Apêndice XXXVI).

Por último, mas não menos importante, comemorou-se o Dia da Criança. Esta comemoração contou com uma reflexão sobre os direitos e deveres da criança, com um jantar diferente, oferecido pelo *McDonald's*, um mural onde as crianças e jovens tiveram a oportunidade de definir o que para elas “é ser criança” e, terminou, com uma atuação da Desconcertuna, a Tuna Mista da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação.

Capítulo IV

Autoavaliação

Neste último capítulo será realizada a avaliação do estágio curricular, sendo esta dividida em duas partes, a hetero avaliação e a autoavaliação.

A hetero avaliação foi feita pelo Orientador de Estágio, o Dr. Rui Pedro Lopes através do preenchimento da *Grelha de avaliação de competências transversais para os estágios curriculares da PFCE-UC* (anexo I), cedida pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra. No geral, a apreciação por parte do orientador local foi muito positiva. Em todos os critérios a classificação atribuída foi “excelente”. A sua apreciação global relativa ao desempenho no estágio foi igualmente positiva, sendo possível verificar no anexo II.

Em relação à autoavaliação, fazendo uma retrospectiva do percurso realizado durante os nove meses de estágio, importa refletir e avaliar todo o trabalho desenvolvido, como também sobre todas as aprendizagens e competências adquiridas.

Durante o estágio, foi possível integrar a dinâmica do Colégio de S. Caetano, no que respeita ao seu funcionamento e às atividades propostas pela instituição e criar e estabelecer relações de confiança com a equipa técnica e educativa. No que toca à planificação e realização de atividades socioeducativas para os jovens, foi possível identificar as necessidades existentes, assim como superá-las através de abordagens temáticas de sensibilização e atividades práticas em torno das mesmas.

O projeto de estágio e de intervenção decorreu conforme os objetivos delineados previamente, sendo notória, ao passar do tempo, a evolução, quanto aos temas abordados e atividades realizadas, dos jovens no acolhimento residencial.

Por último, enquanto Técnica Superior de Educação, foi possível compreender qual o papel deste profissional numa casa de acolhimento, assim como consolidar e colocar em práticas as competências adquiridas ao longo do percurso académico. Para além disto, e de acordo com um espetro pessoal, foi possível constatar que a realidade de um acolhimento residencial ainda é precária quanto às abordagens e denominações que lhe é atribuída, visto que há falta de dinamização e potencialização dos jovens, sendo o Educador Social a ponte necessária para a resolução de todas estas lacunas.

Os jovens, independentemente do seu contexto, cedem um conjunto de experiências e vivências que acabam por ser importantes para o desenvolvimento das competências que o profissional de educação deve ter.

Considerações Finais

Com o decorrer do estágio procurou-se abordar temas atuais que contribuíssem para o desenvolvimento do público alvo.

De acordo com Mercé Romans (2000), citado por Varela (2012), o educador social é o profissional da educação social que deve traduzir em objetivos educacionais as tarefas que a organização lhe confere, tendo em conta que este profissional deve preparar-se desempenhar competências do saber ser, estar e fazer.

Através das temáticas abordadas, reconhecimento de emoções, perigos dos media e a interculturalidade, conclui-se que apesar dos temas serem muito atuais e abordados inclusivamente nos currículos escolares, é ainda baixo o nível conhecimentos e competências por parte dos jovens, sendo fundamental a intervenção socioeducativa no contexto de vida residencial.

Neste sentido, o educador social apresenta-se com um papel importante no contexto do acolhimento de crianças e jovens, uma vez que detém um conjunto de competências pessoais, técnicas e científicas que lhe permite compreender as necessidades, delinear estratégias de intervenção e avaliar os seus resultados, em articulação com as orientações das políticas públicas.

Posto isto, também foi possível concluir que a intervenção realizada correspondeu às necessidades identificadas aquando do início do estágio. De um modo geral, o resultado desta intervenção mostra que o trabalho realizado contribuiu para aumentar o conhecimento dos jovens nestas temáticas, contribuindo de igual forma para o seu desenvolvimento pessoal e social.

O educador social, enquanto promotor de integração social e de desenvolvimento de aptidões de crianças e jovens, é um elemento imprescindível em contexto de acolhimento de residencial, tanto para criação de projetos socioeducativos como para a gestão de diversas problemáticas, causas e outros fatores pessoais e familiares, que podem direta ou indiretamente, constituir um entrave para o crescimento individual das mesmas.

Relativamente ao estágio, mais propriamente a entidade acolhedora, Colégio de S. Caetano, possibilitou a perceção do trabalho que é realizado em contexto de acolhimento pelo educador social, a realização de atividades e técnicas próprias das funções inerentes ao mesmo e a cedência de recursos para a intervenção direta com as crianças e jovens residenciais.

Referências Bibliográficas

APTSES (15 de agosto de 2021). *Proposta de Estatuto Profissional do Técnico Superior de Educação Social*. Obtido de: <http://www.aptses.pt/estatuto-do-tecnico-superior-de-educacao-social/>

Azevedo, S. *et al.* (2014). A Educação Social em Portugal: Novos desafios para a identidade profissional. *Educação, Vol.3(1)*, pp.113-124. Interfaces Científicas.

Canastra, F. & Malheiro, M. (2009). O Papel do Educador Social no quadro das novas Mediações Socioeducativas. *Actas do X Congresso Internacional Galego-Português de Psicopedagogia*. Braga: Universidade do Minho.

Cardoso, A. (2006). *Alguns desafios que se colocam à Educação Social*. Porto: Cadernos de Estudo.

Decreto-Lei nº 139/2012 de 5 de julho do *Ministério da Educação e Ciência*. *Diário da República*: I série, Nº129 (2012). Acedido a 20 de outubro de 2021. Disponível em: www.dge.mec.pt

Decreto-Lei nº159/2015 de 10 de agosto do *Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social*. I série, Nº154 (2015). Acedido a 13 de agosto de 2021. Disponível em: www.dre.pt

Diário da República nº86/76 de 10 de abril da Assembleia da República. I série (1976). Acedido a 13 de agosto de 2021. Disponível em: www.dre.pt

Direção Geral da Educação (17 de setembro de 2021). Educação para a Cidadania. Obtido do website da DGE: <https://www.dge.mec.pt/educacao-para-cidadania>

Direção Geral da Educação (2017). *Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania*. Obtido de: https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ECidadania/Docs_referencia/estrategia_cidadania_original.pdf

Gomes, I. (2010). *Acreditar no Futuro*. Lisboa: Texto Editores.

Instituto da Segurança Social (2020). *CASA 2019 – Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens*. Obtido de: <https://www.seg-social.pt/documents/10152/13200/Relat%C3%B3rio+CASA+2019/0bf7ca2b-d8a9-44d2-bff7-df1f111dc7ee>

Kirkpatrick, D. & Kirkpatrick (2010). *Como avaliar programas de treinamento de equipes. Os quatro níveis*. Rio de Janeiro: Editora Senac.

Lei n.º 58/2019 de 8 de agosto da Assembleia da República. Diário da República: I série, N.º 151 (2019). Acedido a 15 de outubro de 2021. Disponível em: www.dre.pt

Lei nº142/2015 de 8 de setembro da Assembleia da República. Diário da República: I série, N.º175 (2015). Acedido a 15 de novembro de 2020. Disponível em: www.dre.pt

Lei nº147/99 de 1 de setembro da Assembleia da República. Diário da República: I série, N.º204 (1999). Acedido a 15 de novembro de 2020. Disponível em: www.dre.pt

Lei nº166/99 de 14 de setembro da Assembleia da República. Diário da República: I-A série, N.º215 (1999). Acedido a 10 de janeiro de 2020. Disponível em: www.dre.pt

Lopes, P. (2018). Avaliação de competências de literacia mediática: instrumentos de recolha de informação e opções teóricometodológicas. Imprensa da Universidade de Coimbra. Disponível em <file:///C:/Users/Pc-%20hp/Downloads/201852035513211outfile.pdf>

Mateus, M. (2012). O Educador Social na construção de pontes socioeducativas contextualizadas. *EDUSER: Revista da Educação Vol.4(1)*, pp.60-71. Bragança: Instituto Politécnico de Bragança.

Ministério Público (2021). Família e Menores. Obtido do website oficial da Procuradoria Geral Distrital do Porto: <https://www.pgdporto.pt/proc-web/faq.jsf?ctxId=14&subCtxId=22&faqId=796&show=&offset=>

ONU (15 de agosto de 2021). Juventude. Obtido do website oficial da ONU: <https://unric.org/pt/juventude/>

Pérez Serrano, G. (2008). *Elaboração de Projetos Sociais – Casos práticos*. Porto: Porto Editora.

Santa Casa da Misericórdia de Coimbra (2018). Acedido a 13 de dezembro de 2020. Obtido de: <http://misericordiacoimbra.pt/index.html#header2-32>

Segurança Social (2007). *Manual de Processos-chave: Lar de Infância e Juventude*.
Segurança Social (s/d). *Manual de Boas Práticas – Um guia para o acolhimento residencial das crianças e jovens*.

Senra Varela, M. (2012). *La Formación Práctica en Intervención Socioeducativa*. Madrid: Editorial Sanz Y Torres.

Silva, I. et al. (2014). Focus Group: Considerações teóricas e metodológicas. *Revista Lusófona de Educação, Vol.26*, pp. 175-190. Braga: Universidade do Minho.

UNICEF (2019). *Convenção sobre os Direitos da Criança e Protocolos Facultativos*. Comité Português para a UNICEF.

UNICEF (25 de julho de 2021). *A Nossa História*. Obtido do website oficial da UNICEF: <https://www.unicef.pt/unicef/a-historia/>

UNICEF (25 de julho de 2021). *A UNICEF*. Obtido do website oficial da UNICEF: <https://www.unicef.pt/unicef/a-unicef/>

Veiga, S. & Cardoso, D. (2011). O Profissional de Educação Social num Lar de Infância e Juventude. *Revista Galego-Portuguesa de Psicoloxía e Educación*, Vol.19 (2), pp.21-34.

Anexos

Anexo I – Grelha de avaliação de competências transversais para os estágios curriculares da PFCE-UC

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação
Universidade de Coimbra

Grelha de avaliação de competências transversais para os estágios curriculares da FPCE-UC

Grelha de competências transversais para os estágios da FPCE-UC						
I – Insuficiente; S – Suficiente; B – Bom; MB – Muito Bom; E – Excelente						
I – <10; S – 10 a 13; B – 14 a 15; MB – 16 a 17; E – 18 a 20 (valores)	I	S	B	MB	E	NA
NA – Não se aplica						
Competências instrumentais						
1) Comunica com clareza os resultados/conclusões do trabalho desenvolvido, bem como os processos, métodos e raciocínios que lhes estiveram subjacentes.					X	
2) Pesquisa, analisa e sistematiza de forma adequada a informação.					X	
3) Define de forma clara metas e objetivos, baseados na análise das necessidades dos contextos em que participa.					X	
4) Desenvolve planos de acção adequados às metas e objetivos a alcançar.					X	
5) Utiliza, adequadamente, conhecimentos, procedimentos e competências técnicas, da sua área de especialização.					X	
Competências interpessoais						
6) Interage de forma assertiva com a equipa de trabalho, revelando empatia e respeito pelas pessoas.					X	
7) Interage de forma adequada com os utentes/clientes, salvaguardando a sua dignidade e respeito.					X	
8) Interage de forma adequada com profissionais de outras entidades/organizações/instituições.						X
Competências sistémicas						
9) No plano interno, compreende o conjunto de relações que se estabelecem entre subsistemas/sectores/serviços da instituição/organização onde desenvolve as suas atividades principais, numa lógica integrada.					X	
10) No plano externo, compreende o conjunto de relações que se estabelecem entre a organização/instituição onde desenvolve as suas atividades principais, e as restantes instituições (a nível local, comunitário, regional e nacional), numa lógica integrada.					X	
Outras competências						
11) Comparece assiduamente ao serviço, de acordo com o horário estabelecido com a instituição/organização.					X	
12) É pontual.					X	
13) Assume e desenvolve, de forma responsável, as funções/tarefas que lhe são confiadas.					X	
14) Integra e promove, na prática, a dimensão ética da profissão.					X	
15) Revela consciência crítica sobre práticas/posturas institucionais, profissionais e sociais (articulando conhecimentos teóricos e práticos com responsabilidade pessoal e profissional).					X	
16) Atua de forma proativa, propondo ideias, iniciativas e procedimentos relevantes para a melhoria do funcionamento da instituição/organização.					X	
17) Evidencia capacidade de se distanciar e refletir criticamente sobre as situações.					X	
18) Compreende as necessidades das pessoas/organizações/instituições e propõe ideias/procedimentos inovadores e criativos.					X	
19) Mostra uma atitude de abertura e capacidade de adaptação à mudança.					X	
20) Revela empenho em aprender e aperfeiçoar-se continuamente.					X	

Anexo II – Apreciação Global

CÁTIA REBELO

Apreciação global do estágio curricular realizado no Colégio S. Caetano

A estagiária foi assídua e pontual, estabelecendo uma relação de confiança com todos os elementos intervenientes no processo. Comunicou de forma correta, assertiva e devidamente enquadrada com o contexto em que se encontrava inserida sendo capaz de se adaptar às diferentes circunstâncias e características do público-alvo. Revelou autonomia e capacidade de adaptação aos imprevistos que foram surgindo, procurando sempre, de forma organizada e articulada com o tutor, superar as dificuldades e constrangimentos inerentes às particularidades da instituição.

A estagiária revelou capacidades de auto-avaliação e autocrítica, bem como a vontade constante de melhorar e ultrapassar as suas dúvidas e dificuldades. Mostrou-se sempre receptiva a todas as sugestões e críticas, procurando integrá-las na sua intervenção, numa lógica de melhoria constante de conhecimentos e competências.

O seu projecto correspondeu a necessidades específicas diagnosticadas pela instituição, pelo que as actividades desenvolvidas constituíram um importante contributo para o trabalho de intervenção realizado pelas equipas Técnica e Educativa.

Durante o período de confinamento e de ensino à distância, a estagiária esteve sempre presente e disponível para colaborar e ajudar a ultrapassar todas as dificuldades e constrangimentos decorrentes da situação que atravessámos, tendo a sua presença, empenho e dedicação no acompanhamento das crianças e jovens durante esse período, constituído um importante contributo para o sucesso da nossa intervenção.

Rui Pedro Lopes

Educador Social

Colégio S. Caetano – Casa de Acolhimento Residencial

Santa Casa da Misericórdia de Coimbra

Apêndices

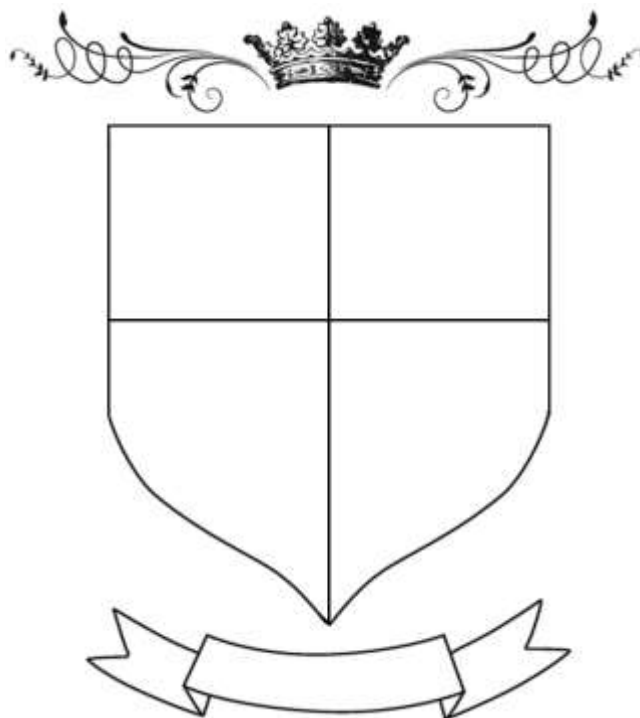
Apêndice I – Matriz de planificação: Sessão 1

Ação/Plano/Etapa Momento	Objetivos	Conteúdos	Métodos/Estratégias	Recursos	Atividades dos formandos	Avaliação
<p>Sessão 1: Formando o Grupo (4/11/2020)</p>	<p>Promover a coesão do grupo; Desenvolver relações de confiança entre o grupo; Estabelecer relações de confiança com o grupo; Promover o respeito e a confiança.</p>	<p>Grupo: conjunto de pessoas que estão reunidas num lugar e que formam um todo. Apresentam um objetivo em comum</p>	<p>Dinâmica da teia Preenchimento de um brasão</p>	<p>Materiais: Novelo de lã Materiais: Brasão impresso, lápis, borracha</p>	<p>Participação na dinâmica inicial Preenchimento de um brasão</p>	<p>Observação Direta; Questões de avaliação: -Gostaram das atividades? -Sentiram-se bem? -O que gostaram menos? -O que gostaram mais? -Sentiram alguma dificuldade?</p>

Descrição²¹ da dinâmica “A Teia”

- A educadora pede que todos deem as mãos formando uma roda.
- Em seguida pede que larguem as mãos e se sentem no chão.
- Começa por prender a lã ao seu dedo, diz o seu nome e idade e passa o novelo de lã a outra pessoa.
- O processo repete-se até o novelo regressar à educadora.
- Após chegar à educadora, esta volta a prender a lã ao dedo dizendo o seu nome, idade, ano de escolaridade e uma coisa que goste.
- Quando o novelo regressar novamente à educadora, esta reverte o processo, devolvendo o novelo à pessoa que lhe mandou, dizendo o nome da pessoa e o que ela gosta (o “Zé” gosta de...).
- O processo repete-se até desfazer a segunda teia.
- Quando chegar o novelo à educadora, esta continua o processo inverso dizendo agora qual a estação do ano que seria e porquê.
- O processo continua até toda a teia estar desfeita.

Brasão utilizado para avaliação:



²¹ A descrição desta dinâmica está de acordo com as indicações dadas pelo orientador local.

Descrição da Chuva de Ideias:

- A educadora pede que os jovens lancem ideias sobre regras no geral: regras de higiene e segurança; regras para entrar e sair da sala de atividades; regras para jogar em grupo; regras para falar em grupo; regras de comportamento; regras de boa educação; regras de relacionamento
- Cada mesa espalhada pela sala corresponde a uma categoria diferente
- A educadora pede que os jovens andem pela sala e escrevam as regras em papéis coloridos e os deixem a regra na mesa a que corresponde a sua categoria
- Assim que todos tiverem terminado, a educadora solicita que cada jovem ande pela sala, lendo em voz alta as regras que escreveu
- Depois de lidas todas as regras, a educadora pede que cada jovem diga uma das regras que foram lidas

NOTA: Cada jovem terá uma cor atribuída

Descrição do jogo “Pote das Emoções”

- A atividade inicia-se com os jovens sentados no chão
- A educadora escolhe um dos jovens e pede que este tire um cartão da caixa. Esta coloca-o na fita sem que o jovem veja o que está escrito no cartão
- Seguidamente pede que o restante grupo represente através da mimica a emoção que está na testa do colega. Não devem falar durante a representação da mesma
- Assim que o jovem disser corretamente o nome da emoção, cola a emoção no pote e escolhe outro colega para o seu lugar
- O processo repete-se até adivinharem todas (ou quase todas) as emoções.

Emoções: Culpado; Apaixonado; Invejoso; Magoado; Enjoado; Surpreendido; Rejeitado; Aflito; Desconfiado; Calmo; Aliviado; Chocado; Otimista; Indiferente; Histérico; Desapontado; Aborrecido; Confuso; Esperançoso; Amigo; Arrependido; Ciumento; Amado; Frustrado; Impaciente; Triste; Assustado; Carinhoso; Zangado; Sozinho; Feliz; Nervoso; Envergonhado; Orgulhoso; Inferiorizado; Indeciso

NOTA: Com o decorrer da atividade e tendo em consideração a participação dos jovens logo se decide se o jogo termina quando se descobrirem todas as emoções ou não.

Apêndice III – Matriz de Planificação Sessão 3

Ação/Plano/Etapa Momento	Objetivos	Conteúdos	Métodos/Estratégias	Recursos	Atividades dos formandos	Avaliação
Sessão 3: Bingo! (18/11/2020)	Desenvolver relações de confiança entre o grupo; Desenvolver a empatia para com o outro; Compreender que todas as emoções são válidas; Analisar a importância das emoções e sentimentos.	Emoções: respostas do nosso corpo aos estímulos, que podem ser situações e objetos, e pensamentos que surgem ao longo do nosso dia. Influenciam os nossos pensamentos, ações e reações.	1º momento: Relaxamento 2º momento: Bingo das emoções	Materiais: Cartões do bingo impressos, saco, emoções recortadas, canetas	Participação no momento inicial de relaxamento Participação no jogo do bingo	Mensagem positiva para que mais tarde a possam recordar em grupo

Descrição do jogo “Bingo das emoções”:

- A educadora distribui os cartões do bingo com uma caneta aos jovens.
- O jogo começa com a educadora a retirar do saco uma emoção e a dizê-la em voz alta. Os jovens devem verificar se a mesma está no seu cartão, assinalando-a com um x.
- Com o decorrer do jogo, a educadora pede aleatoriamente aos jovens que contem uma pequena história/momento em que conste uma das emoções.
- O jogo termina quando um dos jovens tiver todas as emoções do seu cartão assinaladas.

O bingo foi jogado de três formas diferentes:

1. Bingo normal
2. Sempre que completassem uma linha tinham de dizer uma frase onde constasse a última emoção com que fecharam a linha
3. Sempre que completassem uma linha tinham de contar uma história onde constasse a última emoção com que fecharam a linha

Apêndice IV – Sessão 4: Cartões Bingo



Apêndice V – Matriz de Planificação Sessão 4

Ação/Plano/Etapa Momento	Objetivos	Conteúdos	Métodos/Estratégias	Recursos	Atividades dos formandos	Avaliação
Sessão 4: Caça às Regras! (25/11/2020)	Estimular o trabalho em equipa; Promover a coesão do grupo; Desenvolver a empatia para com o outro.	Empatia: é a capacidade de sentir o que outra pessoa sentiria se estivesse na mesma situação	1º momento Era uma vez um gato maltês 2º momento: Caça às Regras	Materiais: Árvore feita em cartolina, regras impressas, envelopes, pistas, cola	Participação na dinâmica inicial Caça às regras	Gostaram? Foi divertido? Como se sentiram? Do que gostaram menos?

Descrição da dinâmica “Era uma vez, um gato maltês”:

- Com os jovens em roda, a educadora pede que circule a frase “Era uma vez, um gato maltês; tocava piano e falava francês”.
- Cada jovem deve dizer na sua vez uma só palavra da frase. Isto é, o primeiro diz “Era”, o segundo diz “uma”, o terceiro “vez”, e assim sucessivamente.
- A frase repete-se tantas vezes quanto for necessário.

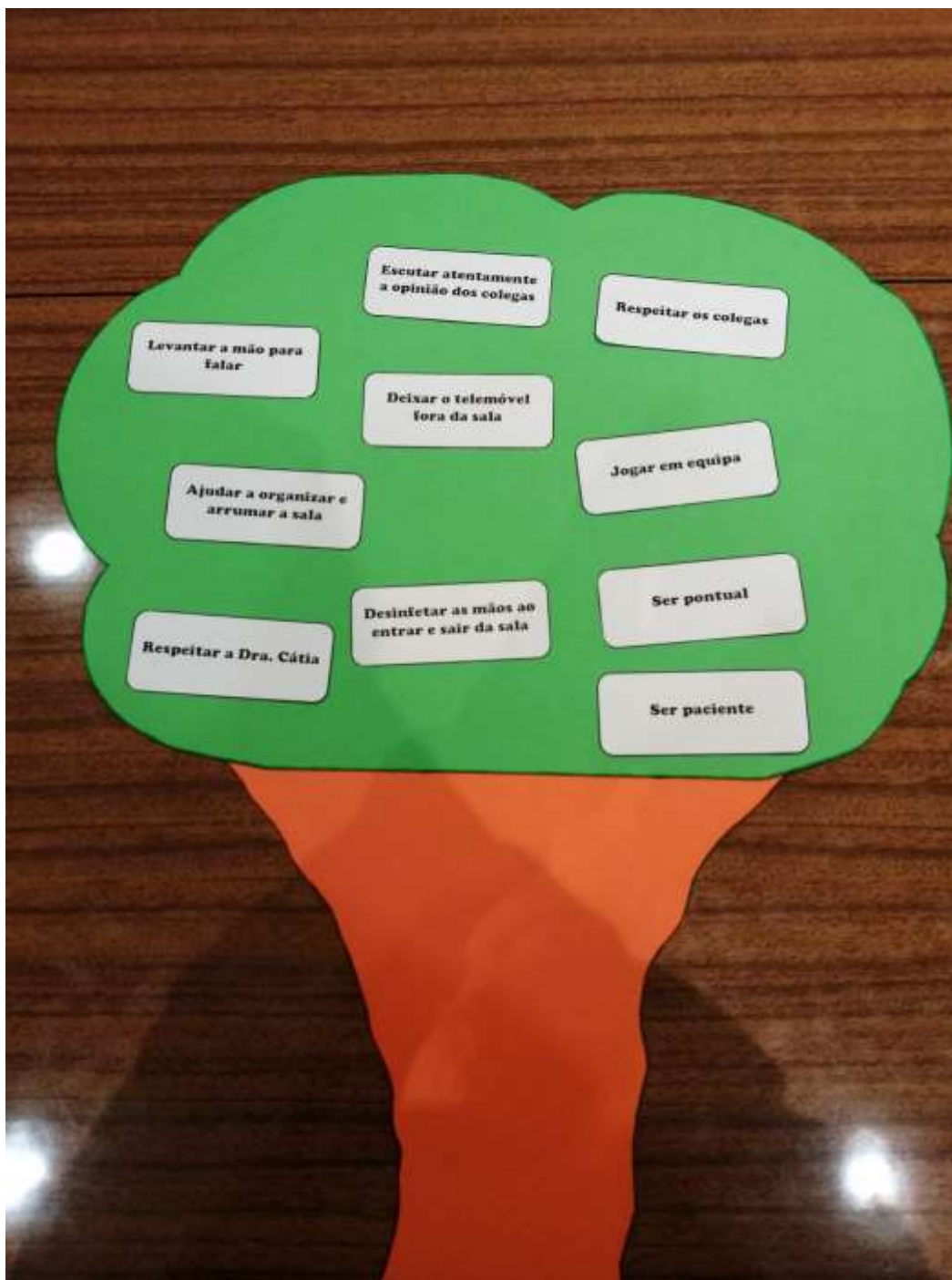
Variante 1: Cada jovem ao dizer a sua palavra deve ficar de cócoras. Quando voltar a jogar novamente coloca-se de pé.

Variante 2: Cada jovem ao dizer a sua palavra deve rapidamente baixar-se e levantar-se.

Descrição da atividade “Caça às Regras”

- A educadora entrega a cada jovem duas pistas.
- Explica que todos os jovens devem procurar, de acordo com as suas pistas, as suas duas regras que se encontram escondidas algures na sala e salas adjacentes.
- Enquanto os jovens procuram, esta coloca a árvore em cima da mesa.
- Assim que todos tenham encontrado as regras, a educadora pede que cada jovem leia em voz alta as suas regras e que as cole na árvore. O processo repete-se até que todas as regras (10) estejam coladas na árvore.
- No final, as regras devem ser lidas pelos jovens.

Apêndice VI - Árvore das Regras



Apêndice VII – Matriz de Planificação Sessão 5

Ação/Plano/Etapa Momento	Objetivos	Conteúdos	Métodos/Estratégias	Recursos	Atividades dos formandos	Avaliação
<p>Sessão 5: Identifico e descrevo emoções (02/12/2020)</p>	<p>Desenvolver a empatia para com o outro; Compreender que todas as emoções são válidas; Analisar a importância das emoções e sentimentos; Reconhecer as emoções e sentimentos positivos e negativos que existem.</p>	<p>Empatia: capacidade de reconhecer, sentir e compreender o que a outra pessoa está a sentir/passar, como se estivéssemos a passar pela mesma situação.</p>	<p>1º momento: Isto é</p> <p>2º momento: Descrever emoções</p>	<p>Materiais: Emoções impressas, frases impressas; folhas em branco, canetas</p>	<p>Participação na dinâmica inicial</p> <p>Descrição e identificação de emoções através de frases do dia a dia</p>	<p>Desenhar a mão numa folha em branco e depois responder, em cada dedo, às seguintes questões:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. O Momento da sessão que vão guardar para sempre 2. Um compromisso que querem fazer com o grupo 3. O que menos gostaram 4. Como se sentiram 5. O que mais gostaram

Descrição da dinâmica “Isto é”:

- Numa roda, a educadora põe a circular, em silêncio, recorrendo à mimica, um objeto imaginário (por exemplo: um lápis, uma bola, um copo cheio de água, um bebé).
- Cada jovem, em silêncio, recebe o objeto da maneira que lhe parecer mais adequada, passando de seguida ao colega do lado.

NOTA: O jogo deve ser repetido, mudando o objeto, apenas depois de todos os jovens estarem convencidos de que ele realmente está presente na sala.

Variante 1: A educadora molda o seu objeto, usa-o e passa ao jovem que está sentado ao seu lado. De seguida esse jovem, destrói o objeto que recebeu, volta a moldar um novo e passa ao colega do lado.

Variante 2: Numa das voltas, a educadora pode pôr a circular dois objetos em direções opostas, por exemplo, um gato e um rato. O que acontecerá quando os dois se encontrarem?

Descrição da atividade “Descrever emoções”:

- A educadora entrega a cada jovem sete emoções (feliz, triste, raiva, calmo, medo, nervoso, confuso) e quatorze frases (por exemplo “quando recebo um elogio”).
- Seguidamente, pede que os jovens atribuam a cada emoção duas frases.
- Após todos já terem atribuído duas frases a cada emoção, pede que os jovens, para cada emoção, digam as frases que escolheram e expliquem porquê.

NOTA 1: Mostrar aos jovens que podemos sentir a mesma emoção em determinadas situações. Que é legítimo reagir de diferentes formas conforme a situação que vivemos.

NOTA 2: Explicar aos jovens como vai funcionar a atividade semanal.

Apêndice VIII – Matriz de Planificação Sessão 6

Ação/Plano/Etapa Momento	Objetivos	Conteúdos	Métodos/Estratégias	Recursos	Atividades dos formandos	Avaliação
Sessão 6: Jogo de Memória (06/01/2021)	Estimular o trabalho em equipa; Reconhecer as emoções e sentimentos positivos e negativos que existem; Compreender que todas as emoções são válidas.	Emoções positivas: relacionam-se com sentimentos agradáveis (alegria, felicidade) Emoções negativas: fazem referência a sentimentos desagradáveis (medo, tristeza)	1.º momento: Jogo de Memória 2.º momento: Partilha sobre as férias e Natal	Materiais: Cartões impressos	Realização do jogo de memória Reflexão em grupo sobre as férias de Natal	Observação direta

Apêndice IX – Matriz de Planificação Sessão 7

Ação/Plano/Etapa Momento	Objetivos	Conteúdos	Métodos/Estratégias	Recursos	Atividades dos formandos	Avaliação
<p>Sessão 7: Testando conhecimentos (24/02/2021)</p>	<p>Estabelecer relações de confiança entre o grupo; Estimular o trabalho em equipa dos jovens; Avaliar o conhecimento dos jovens sobre <i>os media</i>.</p>	<p>Definições: Comunicar, informação, TIC, perigos dos <i>media</i>, <i>cyberbullying</i>, <i>sexting</i>, liberdade de expressão</p>	<p>1º momento: Sorriso milionário 2º momento: Introdução ao tema (questões)</p>	<p>Materiais: Bolinhas de papel</p>	<p>Participação na dinâmica inicial Reflexão em grupo sobre o conhecimento dos jovens sobre <i>os media</i> Preenchimento da grelha de avaliação</p>	<p>Observação direta Preenchimento da grelha</p>

Descrição da dinâmica “Sorriso Milionário”:

A cada jovem serão entregues cinco bolas de papel, sendo explicado que cada bola tem o valor de 100€.

Seguidamente, será dado o início do jogo. Cada jovem deve encontrar um colega e ficar diante dele. Os dois devem olhar-se fixamente o máximo de tempo possível. O primeiro a sorrir perde, entregando assim uma das suas bolas ao adversário.

Ganha o jovem que tiver mais bolas no final.

Descrição da 2ª atividade e questões:

- Para esta atividade, serão formados aleatoriamente dois grupos, cada um com três elementos.
- Ficará um grupo de cada lado da sala e a educadora no meio.
- O desenrolar do jogo funcionará como o jogo do lencinho.
- Será nomeado um elemento de cada grupo, o líder, para anotar as respostas.
- Depois de colocada a questão, tem a oportunidade de responder o primeiro a colocar a mão no ar.
- Por cada resposta correta o grupo ganha 2 pontos.
- Por cada desrespeito a uma regra o grupo perde 1 ponto.
- Vence a equipa que tiver mais pontos.
 1. O que é comunicar?
 2. Alguém consegue definir o conceito de informação?
 3. Toda a informação que vemos na internet é verdadeira?
 4. Quais são as TIC que vocês conhecem?
 5. Duas vantagens e duas desvantagens da utilização do telemóvel?
 6. Vocês acham que as TIC mudaram a forma como as pessoas se relacionam? Digam-me dois exemplos
 7. Sabem o que é o cyberbullying?
 8. Que outros perigos da internet conhecem?
 9. O que significa o direito à liberdade de expressão?
 10. É importante mantermo-nos informados?

Apêndice X – Matriz de Planificação Sessão 8

Ação/Plano/Etapa Momento	Objetivos	Conteúdos	Métodos/Estratégias	Recursos	Atividades dos formandos	Avaliação
Sessão 8: Sei identificar! (03/03/2021)	Estimular o trabalho em equipa dos jovens; Reconhecer os vários perigos dos <i>media</i> ; Identificar as consequências negativas dos <i>media</i> ; Abordar o <i>Cyberbullying</i> e o <i>Sexting</i> ; Discutir comportamentos responsáveis a adotar no uso dos <i>media</i> ; Promover a reflexão crítica.	Cyberbullying: violência praticada contra alguém através da internet, com o objetivo de agredir, ridicularizar e/ou assediar a outra pessoa <i>Sexting:</i> envio ou troca de mensagens, vídeos ou fotos eróticas, via telemóvel ou redes sociais	1º momento: Confio no meu parceiro 2º momento: Análise dos vídeos “Cyberbullying vs Sexting”	Materiais: Folhas brancas, pontas de feltro Materiais: Computador, lápis, folhas impressas	Participação na dinâmica inicial Momento de reflexão e de partilha de conhecimentos sobre dois dos perigos dos <i>media</i> Preenchimento da grelha de avaliação	Observação direta Preenchimento da grelha

Descrição dinâmica “Confio no meu parceiro”:

- Os jovens devem formar três duplas.
- De seguida a educadora distribui duas folhas brancas a cada dupla e dois lápis.
- Um dos jovens (nº1) deve ficar virado para a parede e o seu colega (nº2) virado para as suas costas.
- O jovem nº 1 coloca a sua folha na parede e o nº2 nas costas do colega nº1.
- O jovem nº2 começa a desenhar lentamente na sua folha (nas costas do colega), enquanto o jovem nº1 tenta reproduzir o mesmo desenho na sua folha (parede).

Atividade – “Cyberbullying vs Sexting”:

- Serão formados os grupos criados na sessão anterior.
- Seguidamente, cada grupo terá a oportunidade de ver um vídeo sobre um tema.
- Deverão discutir entre si o perigo presente no vídeo, identificar os comportamentos errados e enumerar quais as atitudes responsáveis a serem adotadas perante estas situações (ficha de análise dos vídeos).
- Após este momento, cada grupo terá de apresentar a sua reflexão aos restantes colegas.
- No final, será solicitado que cada jovem deixe uma mensagem escrita sobre os dois perigos abordados para serem coladas num mural como forma de sensibilização, intitulado de “Sabias que?”.

Apêndice XI – Matriz de Planificação Sessão 9

Ação/Plano/Etapa Momento	Objetivos	Conteúdos	Métodos/Estratégias	Recursos	Atividades dos formandos	Avaliação
<p>Sessão 9: Cyberbullying (10/03/2021)</p>	<p>Reconhecer os vários perigos dos <i>media</i>; Identificar as consequências negativas dos <i>media</i>; Discutir comportamentos responsáveis a adotar no uso dos <i>media</i>; Promover a reflexão crítica; Desenvolver a empatia para com o outro.</p>	<p><i>Cyberbullying</i>: violência praticada contra alguém através da internet, com o objetivo de agredir, ridicularizar e/ou assediar a outra pessoa</p>	<p>Expositiva Confronto com situações reais</p>	<p>Materiais: Situações impressas, borracha</p>	<p>Confronto direto dos jovens com situações reais de <i>cyberbullying</i> Preenchimento da grelha de avaliação</p>	<p>Observação direta Preenchimento da grelha</p>

Atividade: “Cyberbullying”

1. Levantamento do conhecimento dos jovens sobre o *Cyberbullying*. Já falamos sobre este tema na semana passada. O que é afinal o *Cyberbullying*?
2. Apresentação da definição de *Cyberbullying*
 - a. O cyberbullying é a forma virtual de praticar *Bullying*. Na prática utilizam-se as modernas ferramentas da Internet e de outras TIC, móveis ou fixas, com o objetivo de maltratar, humilhar e constranger alguém.
3. O objetivo é que os jovens identifiquem nos textos apresentados formas de *cyberbullying* presentes e reflitam sobre eles. No fim deve apresentar a sua reflexão aos colegas.

→ Insultar alguém através do envio constante e repetido de mensagens;

Situação 1: “Todos os dias o Manel recebe mensagens com vários insultos: ora lhe dizem que é muito gordo, que tem as orelhas, que cheira mal, que não serve para nada... Esta situação já dura umas três semanas e a cada dia o Manel fica mais triste e sem saber o que fazer.”

O que deve o Manel fazer para acabar com esta situação?

→ Difamar alguém de forma a prejudicar a sua reputação via correio eletrónico, mensagens instantâneas, etc.

Situação 2: “A Mariana não gosta da Cláudia porque não consegue ter tão boas notas como ela. Por isso, enviou um email anónimo ao professor de português a dizer que a Cláudia tinha copiado no último teste. A Cláudia foi chamada à direção da escola e foi confrontada com esta acusação. Chegou-se à conclusão de que a Cláudia não tinha copiado no teste e, embora a sua inocência tenha sido provada, os professores continuam a desconfiar da Cláudia.”

Que consequência teve a atitude da Mariana na vida escolar da Cláudia?

→ Envio de mensagens violentas online;

Situação 3: “O Martim já sofria de bullying na escola. Como com a pandemia não tinha que ir à escola, o Martim pensou que esta situação tinha finalmente acabado. No entanto, começou a receber mensagens anónimas de carácter violento,

em que lhe diziam que não era por ele estar em casa que não lhe estragavam a vida.”

O que acontecerá ao Martim quando o ensino presencial voltar se ele não contar a ninguém o que se está a passar?

NOTA: Durante a apresentação das reflexões questionar: E se fosse contigo? Como te sentirias nessa situação? E o que farias perante a mesma?

4. Questionar os jovens sobre outras formas em que o *Cyberbullying* pode ocorrer.
 - Exclusão deliberada de alguém de um grupo para o/a magoar
 - Assédio (inclui todo o género de assédio online – verbal, psicológico ou físico – de forma repetida por uma pessoa ou um grupo relativamente a outros);
 - Enviar ou publicar mensagens de texto de cariz depreciativo usando a identidade de outrem (roubo de identidade);
 - Publicação de conteúdos privados ou embaraçosos sobre alguém (exposição);
 - Ganhar a confiança de alguém para a enganar e assim conseguir que publique ou partilhe informação obtida sob confidencialidade (fraude);
 - Denegrir e assediar alguém de forma continuada e ameaçadora com o objetivo de provocar medo;
 - *Cyberstalking* ou perseguição cibernética.

NOTA: Falar na empatia relacionando com as emoções; importância de denunciar estas situações a um adulto; procurar ajuda para acabar com o problema e mostrar-se solidário e disponível para com a vítima; salientar que não devem ficar calados perante uma situação destas, quer seja com eles ou com alguém que eles conheçam.

5. Alguma questão sobre este assunto?

6. Preenchimento das imagens.

Na primeira imagem: Exemplificar possíveis comentários negativos que o jovem recebeu virtualmente.

Na segunda imagem: Como se sente este jovem depois de pedir ajuda.

Apêndice XII – Matriz de Planificação Sessão 10

Ação/Plano/Etapa Momento	Objetivos	Conteúdos	Métodos/Estratégias	Recursos	Atividades dos formandos	Avaliação
<p>Sessão 10: Sexting (17/03/2021)</p>	<p>Reconhecer os vários perigos dos <i>media</i>; Identificar as consequências negativas dos <i>media</i>; Discutir comportamentos responsáveis a adotar no uso dos <i>media</i>; Promover a reflexão crítica; Desenvolver a empatia para com o outro.</p>	<p><i>Sexting</i>: envio ou troca de mensagens, vídeos ou fotos eróticas, via telemóvel ou redes sociais</p>	<p>1º momento O feitiço e o feiticeiro</p> <p>Puzzle sobre o Sexting</p> <p>Momento de reflexão e partilha de conhecimentos sobre o tema</p>	<p>Materiais: folhas, lápis, <i>Puzzles</i> impressos</p>	<p>Participação na dinâmica inicial</p> <p>Caça ao <i>puzzle</i></p> <p>Reflexão em grupo e realização do <i>puzzle</i></p> <p>Preenchimento da grelha de avaliação</p>	<p>Observação direta</p> <p>Preenchimento da grelha</p>

Dinâmica “O feitiço e o feiticeiro”:

- Cada jovem recebe um papel e escreve uma coisa que gostasse de ver o seu colega do lado fazer.
- Após este momento, a educadora anuncia que, na verdade, cada jovem vai ter de realizar o desafio que mandou o colega fazer.

Atividade “Sexting”:

- Serão distribuídas pela sala seis peças de um puzzle.
- O objetivo é que cada jovem encontre uma peça.
- Após este momento, cada jovem deve procurar o colega que tem a peça correspondente à sua (existem três pares).
- Seguidamente, devem ler aos colegas o que o puzzle de cada par diz.
- Por fim, devem colar os três puzzles numa cartolina segundo a ordem correta dos acontecimentos que constam em cada um deles.

Apêndice XIII – Puzzle Sexting



A Zita e o António já namoram há sete meses. De forma a comemorar o sétimo mês de namoro, a Zita enviou uma fotografia íntima ao António, certa de que podia confiar no seu namorado e de que este não partilharia a fotografia com ninguém.



Infelizmente, o António não teve a atitude mais correta. Assim que recebeu a fotografia da Zita decidiu partilhá-la com todos os seus amigos e amigas. Em menos de 30 minutos já quase toda a comunidade escolar tinha visto e partilhado a foto da Zita.



A Zita percebeu que toda esta situação não era normal e que lhe traria consequências graves no futuro, por isso procurou pedir ajuda a um adulto e juntos denunciaram o que o António lhe tinha feito.

Apêndice XIV – Matriz de Planificação Sessão 11

Ação/Plano/Etapa Momento	Objetivos	Conteúdos	Métodos/Estratégias	Recursos	Atividades dos formandos	Avaliação
<p>Sessão 11: Interculturalidade (07/04/2021)</p>	<p>Desenvolver relações de confiança entre o grupo; Promover a interculturalidade</p>	<p>Interculturalidade: refere-se a relações ou troca de culturas; é o que se estabelece entre diferentes as culturas que estão num determinado local</p>	<p>1º momento “Cabra-Cega” 2º momento Reflexão em grupo sobre a próxima temática a ser explorada</p>	<p>Materiais: Lenço Materiais: Imagens impressas, envelopes, cartolinas, cola</p>	<p>Participação na dinâmica inicial Momento de reflexão sobre o conceito e interculturalidade Preenchimento da grelha de avaliação</p>	<p>Observação direta Preenchimento da grelha</p>

Descrição “Cabra-cega”:

- A educadora seleciona aleatoriamente um jovem e venda-o com um lenço.
- De seguida os restantes jovens dispersam pela sala e a educadora roda o jovem vendado três vezes.
- Os jovens dever dizer “aqui” para que o jogador vendado consiga encontrar alguém.
- Assim que o jovem consiga tocar num jogador, estes trocam de lugar.

Apêndice XV – Imagens Interculturalidade



Apêndice XVI – Matriz de Planificação Sessão 12

Ação/Plano/Etapa Momento	Objetivos	Conteúdos	Métodos/Estratégias	Recursos	Atividades dos formandos	Avaliação
Sessão 12: Definir conceitos (14/04/2021)	Conhecer os conceitos que compõem o tema; Estimular o interesse dos jovens pela interculturalidade.	Educação Interculturalidade Cultura Identidade Pertença Pluralismo Diversidade Diversidade cultural Multiculturalismo Etnia Discriminação Valores Sociedade Interação Social	1º momento “Verdade ou Mentira” 2º momento Definir conceitos	Materiais: Folhas brancas, canetas Materiais: Materiais impressos, post-it	Participação na dinâmica inicial Definição em grupo dos conceitos relacionados com a educação intercultural Preenchimento da grelha de avaliação	Observação direta Preenchimento da grelha

Descrição da dinâmica “Verdade ou Mentira:

- Os jovens devem sentar-se em roda.
- A educadora distribui por cada um uma folha e uma caneta.
- Em silêncio, cada participante deve escrever na folha uma verdade e uma mentira sobre si.
- Após todos terem as suas frases escritas, um a um lê em voz alta para o grupo.
- Todos os participantes devem tentar adivinhar qual é a verdade e qual é a mentira.

Descrição da atividade “Definir conceitos”:

- A educadora cola na parede os vários conceitos e no chão, virados para baixo, as respectivas definições.
- Os jovens devem sentar-se em linha virados para a parede.
- Um a um, os jovens devem escolher uma das definições e tentar chegar ao nome do conceito.
- Assim que o adivinharem, devem colar a definição junto do respetivo conceito.

Apêndice XVII – Definir conceitos



Apêndice XVIII – Matriz de Planificação Sessão 13

Ação/Plano/Etapa Momento	Objetivos	Conteúdos	Métodos/Estratégias	Recursos	Atividades dos formandos	Avaliação
<p>Sessão 13: Jogos tradicionais ao redor do mundo (21/04/2021)</p>	<p>Estimular o interesse dos jovens pela interculturalidade; Explorar jogos tradicionais de diversos países; Promover a aceitação do outro e da sua cultura.</p>	<p>Interculturalidade: refere-se a relações ou troca de culturas; é o que se estabelece entre diferentes as culturas que estão num determinado local</p> <p>Jogo tradicional: faz parte da cultura popular, expressa a identidade de um povo. Pode ser jogado individualmente ou em grupo, privilegiando a interação social</p>	<p>1º momento: Jogo do Stop</p> <p>2º momento Brasil- Pato, pato, ganso</p> <p>Colômbia- Tingo, tingo, tingo</p>	<p>Materiais: Tabelas impressas, canetas</p>	<p>Participação na dinâmica inicial</p> <p>Realização de dois jogos tradicionais</p> <p>Preenchimento da grelha de avaliação</p>	<p>Observação direta</p> <p>Preenchimento da grelha</p>

Dinâmica Inicial “Jogo do Stop”:

- A educadora distribui pelos jovens a tabela do jogo.
- De seguida, aleatoriamente, um jovem começa a dizer o alfabeto mentalmente e a educadora diz STOP. A última letra dita pelo jovem é a letra escolhida para o jogo.
- Os jovens começam todos a preencher as categorias (nomes, animais, fruta, cor e profissão) com palavras começadas pela respetiva letra. O primeiro a terminar diz STOP e todos pousam a caneta na mesa.

Questões para a reflexão

1. Como se sentiram durante o jogo?
2. Agora que ganhaste, como é que te sentes? Que emoções estás a sentir?
3. Como reagirias se perdesse?
4. Sabem o que é empatia? E *fairplay*?
5. No geral, que emoções é que estão a sentir?

Interculturalidade e Jogos Tradicionais

Brasil, oficialmente República Federativa do Brasil

Capital: Brasília (27 estados)

População: 211 milhões de habitantes

Religiões: Budismo, Cristianismo, Espiritismo, Islamismo, Judaísmo, Hinduísmo

Curiosidades: 5º maior país do mundo

Jogo: Pato, Pato, Ganso

- Inicialmente os jovens decidem quem vai ser o Ganso e sentam-se em círculo.
- O Ganso começa a andar à volta do círculo e vai tocando na cabeça dos colegas enquanto diz “Pato, pato, pato, pato, Ganso!”.
- A pessoa em quem o Ganso tocar enquanto disse “ganso” tem que se levantar e correr atrás dele. Se o conseguir apanhar, ela ganha e o Ganso continua a ser a mesma pessoa. Se o Ganso se conseguir sentar no lugar vazio da roda antes, é o escolhido quem vira Ganso.

Colômbia, oficialmente República da Colômbia

Capital: Bogotá

População: 49 mil habitantes

Religiões: Cristianismo, Hinduísmo, Budismo, Judaísmo, Islamismo

Curiosidades: Um dos maiores produtores de café do mundo

Jogo: Tingo, Tingo, Tingo

- Um dos jovens é escolhido para receber a denominação de “Isso”.
- Os restantes jovens fazem um círculo à volta do “Isso”.
- O “Isso” é vendado e repete “tingo, tingo, tingo, tingo”.
- Enquanto isto, os outros jovens passam um pequeno objeto (bola) de mão em mão.

Quando o “Isso” disser “tango”, o jovem que tiver o objeto na mão terá de desempenhar uma tarefa.

Apêndice XIX - Matriz de Planificação Sessão 14

Ação/Plano/Etapa Momento	Objetivos	Conteúdos	Métodos/Estratégias	Recursos	Atividades dos formandos	Avaliação
<p>Sessão 14: Jogos tradicionais ao redor do mundo (28/04/2021)</p>	<p>Estimular o interesse dos jovens pela interculturalidade; Explorar jogos tradicionais de diversos países; Promover a aceitação do outro e da sua cultura</p>	<p>Interculturalidade: refere-se a relações ou troca de culturas; é o que se estabelece entre diferentes as culturas que estão num determinado local</p> <p>Jogo tradicional: faz parte da cultura popular, expressa a identidade de um povo. Pode ser jogado individualmente ou em grupo, privilegiando a interação social</p>	<p>1º momento: Austrália- Para baixo, baixo, baixo</p> <p>Itália – Jogo da velha</p>	<p>Materiais: Jogo da velha,</p>	<p>Participação na dinâmica inicial</p> <p>Realização de dois jogos tradicionais</p> <p>Preenchimento da grelha de avaliação</p>	<p>Observação direta</p> <p>Preenchimento da grelha</p>

Interculturalidade e Jogos Tradicionais

Austrália

Capital: Camberra

População: 25,26 milhões de habitantes

Religiões: Cristianismo (católicos, anglicanos, protestantes, outros)

Curiosidades: Há animais que só existem na Austrália

Jogo: Para baixo, baixo, baixo

- Os jovens começam por formar várias duplas.
- De seguida, começam a jogar a bola um para o outro.
- Se um dos jogadores deixar cair a bola deve baixar-se e ficar sobre um dos joelhos.
- Se deixar a bola cair novamente, deve ficar com ambos os joelhos o chão. Ao deixar cair novamente, terá de ficar com um cotovelo no chão. Depois com os dois e, por fim, com o queixo no chão, que é quando o jogo termina, com o jogador completamente deitado no chão.

Itália, oficialmente República Italiana

Capital: Roma

População: 60,36 milhões de habitantes

Religiões: Cristão (minorias: muçulmanos, judaicos, budistas, indus)

Curiosidades: É um dos maiores produtores de vinho

Jogo da velha

- Consiste em um dos jogadores completar primeiro uma linha com três X ou O.
- Os jogadores jogam à vez.
- Pode ser uma linha na horizontal, vertical ou diagonal.

Apêndice XX - Matriz de Planificação Sessão 15

Ação/Plano/Etapa Momento	Objetivos	Conteúdos	Métodos/Estratégias	Recursos	Atividades dos formandos	Avaliação
<p>Sessão 15: Explorando o conceito de Educação Intercultural (05/05/2021)</p>	<p>Promover a interculturalidade.</p>	<p>Interculturalidade: refere-se a relações ou troca de culturas; é o que se estabelece entre diferentes as culturas que estão num determinado local</p>	<p>1º momento: Relaxamento 2º momento: Identificar os termos chaves da educação intercultural 3º momento: Caso prático</p>	<p>Materiais: cartolina, pedaços de papel coloridos, folhas em branco, canetas, cola, lápis, borracha</p>	<p>Participação no momento inicial de relaxamento Realização de dois jogos tradicionais Preenchimento da grelha de avaliação</p>	<p>Observação direta Preenchimento da grelha</p>

Momento inicial

A educadora, inclusive, pede que os jovens se deitem no chão e que olhem para o teto. Pede que inspirem e expirem três vezes. De seguida, pede que os jovens escolham um dos momentos que mais gostaram de todas as sessões.

Descrição da atividade “Entender a Educação Intercultural”:

- Enquanto os jovens ainda estão deitados no chão, a educadora começa a ler o texto sobre a educação intercultural.
- Após a primeira leitura pede que os jovens se sentem e distribui uma folha em branco a cada um.
- Volta a ler o texto e propõe que os jovens anotem na sua folha conceitos/expressões do texto que achem que caracterize/defina o que é a educação intercultural.
- O texto volta a ser lido uma última vez.
- Para finalizar, haverá um momento de reflexão em que todos os jovens leem as suas notas em voz alta e os restantes colegas comentam ou acrescentam algum comentário.
- De seguida, serão transcritos para os papéis coloridos e colados na cartolina.

“A educação intercultural envolve algumas competências que todos nós, enquanto membros de uma sociedade, devemos ter. Neste sentido, ao trabalhar a educação intercultural é necessário promover o reconhecimento e a valorização da diversidade como sendo uma oportunidade de aprendizagem para todos. A diversidade cultural diz respeito à existência de uma grande variedade de culturas no mesmo local. Existem, assim, várias manifestações culturais que comprovam esta diversidade, como por exemplo a linguagem, estilos de dança, vestuário, etnia, orientação sexual, religião e, até mesmo, a organização da sociedade. Esta junção de diversas manifestações culturais dá origem a sociedades atuais pautadas pela multiculturalidade, ou seja, sociedades onde estão presentes diversas pessoas com culturas diferentes. Com todas estas diferenças, torna-se necessário desenvolver a capacidade de comunicar com o outro e, também, de incentivar a interação social entre pessoas, de forma a criar identidades e sentido de pertença comum à humanidade.” (Direção Geral da Educação)

“Caso prático”

- A educadora começa por apresentar a Luíza. De seguida lê um pouco da sua história.

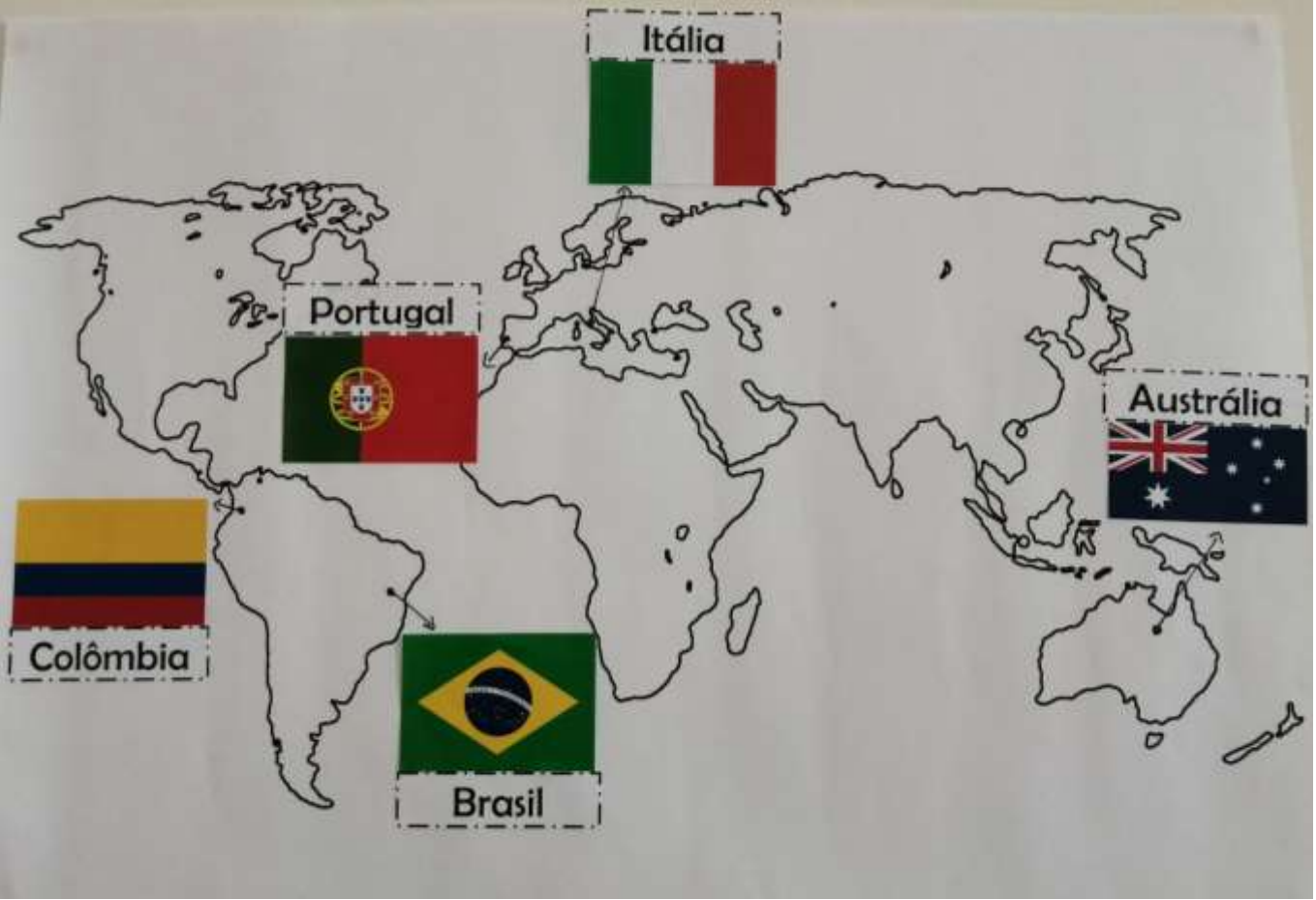
A Luíza é uma menina de 14 anos, natural de Cabo Verde, que veio viver para Portugal há cerca de dois meses. Os pais vieram à procura de melhores condições de trabalho e de uma vida mais segura. Por essa razão, a Luíza não teve outra opção se não a de vir com os pais. Ela chegou a uma escola completamente diferente da que estava habituada. Não conhece ninguém, não tem amigos e o facto de ter um sotaque diferente faz com que os colegas façam piadas más que a deixam triste e ainda mais isolada da restante comunidade escolar. A Luíza sente-se triste, sozinha. Está longe de casa, da sua família e sente que não tem ninguém com quem possa partilhar as suas angústias.

- No final da leitura, a educadora coloca algumas questões aos jovens:
 - Para além de se sentir triste, como acham que a Luíza se está a sentir?
 - Como podemos ajudar a Luíza?
 - O que podemos fazer para a acolher e integrar no nosso grupo?
 - Que atitudes não devemos ter para com ela?
 - O que lhe podemos dizer que a faça sentir que as pessoas se preocupam com ela?

Apêndice XXI – Pontos Chave da Educação Intercultural


















Apêndice XXII – Mapa mundo








Apêndice XXIII – Grelha de Avaliação Sessão 7

Feedback da Sessão			
24/02/2021			
Pertinência dos Conteúdos	Atividades Desenvolvidas	Papel da Educadora	Classificação Geral
			
			
			
			
			
			





















Apêndice XXIV – Grelha de Avaliação Sessão 8

Feedback da Sessão			
03/03/2021			
Pertinência dos Conteúdos	Atividades Desenvolvidas	Papel da Educadora	Classificação Geral
			
			
			
			
			
			

Apêndice XXV – Grelha de Avaliação Sessão 9

Feedback da Sessão			
19/03/2021			
Pertinência dos Conteúdos	Atividades Desenvolvidas	Papel da Educadora	Classificação Geral
			
			
			
			
			
			













Apêndice XXVI – Grelha de Avaliação Sessão 10

Feedback da Sessão			
17/03/2021			
Pertinência dos Conteúdos	Atividades Desenvolvidas	Papel da Educadora	Classificação Geral
			
			
			
			
			

Apêndice XXVII – Grelha de Avaliação Sessão 11

Feedback da Sessão










07/04/2021

	Pertinência dos Conteúdos	Atividades Desenvolvidas	Papel da Educadora	Classificação Geral
				
				
				
				
				







Apêndice XXVIII – Grelha de Avaliação Sessão 12

Feedback da Sessão

























14/04/2021

	Pertinência dos Conteúdos	Atividades Desenvolvidas	Papel da Educadora	Classificação Geral
				
				
				
				
				
				

Apêndice XXIX – Grelha de Avaliação Sessão 13

Feedback da Sessão			
21/04/2021			
Pertinência dos Conteúdos	Atividades Desenvolvidas	Papel da Educadora	Classificação Geral
			
			
			
			
			


















Apêndice XXX – Grelha de Avaliação Sessão 14

Feedback da Sessão			
28/04/2021			
Pertinência dos Conteúdos	Atividades Desenvolvidas	Papel da Educadora	Classificação Geral
			
			
			
			
			
			

Apêndice XXXI – Grelha de Avaliação Sessão 15

Feedback da Sessão

05/05/2021

Pertinência dos Conteúdos	Atividades Desenvolvidas	Papel da Educadora	Classificação Geral
			
			
			
			
			
			

Apêndice XXXII – Guião entrevista Grupo Focal

|Apresentação|

Olá a todos! Sejam muito bem-vindos. Agradeço muito a vossa presença e por terem concordado em participar neste grupo.

Hoje estamos aqui para fazer um balanço das atividades que realizamos nas nossas sessões e, também, para eu ficar a saber o que é que vocês acharam e como é que se sentiram. A vossa opinião é muito importante para mim, para eu saber se correu tudo bem, e se podíamos ter feito outras coisas de outra maneira, por isso peço que sejam sinceros.

Como eu vou ter de fazer um relatório das nossas actividades, para entregar à minha professora na faculdade, eu vou gravar a nossa conversa, que é para depois não me esquecer de nada. Só eu é que vou ouvir a gravação, mais ninguém. E depois de fazer o meu relatório apago tudo. Por isso não se preocupem que mais ninguém vai ouvir. Para termos a certeza disso vamos todos assinar um documento, que se chama Consentimento Informado. Vocês assinam a autorizar que eu grave a conversa, e eu assino a comprometer-me a manter a confidencialidade da conversa. Ou seja, que esta conversa só vai ser usada para o meu projecto e mais ninguém vai ouvir a não ser eu.

Por isso, para garantir a qualidade da gravação, peço-vos que falem de forma clara e que não interrompam os colegas. Alguém tem alguma questão relativamente à gravação áudio?

A realização desta atividade terá a duração de aproximadamente 40 minutos.

|Objetivo do grupo focal|

Então, como já vos disse o objetivo desta atividade em grupo é compreender e perceber como foi a experiência de participarem no meu projeto.

|Instruções|

Para saber o que vocês acharam e sentiram ao longo das nossas sessões, vou colocar algumas perguntas, mas não quero que deem apenas as respostas, quero que conversem entre vocês e troquem opiniões acerca das questões colocadas.

Eu não vou interferir, ou vou interferir o menos possível na conversa. O que eu quero é que vocês troquem ideias em grupo.

Para facilitar o registo e a gravação, peço que falem um de cada vez. Quando pretenderem falar, devem levantar a mão para evitar que se sobreponham uns aos outros. Peço que todos tentem dar a sua opinião.

Alguém tem alguma dúvida?

|Consentimento|

Antes de começarmos, peço que cada um assine o documento de consentimento informado.

Início da entrevista

1. Para começar, estou interessada em conhecer como foi a vossa experiência ao participar neste projeto. Podem falar-me da vossa experiência?

Perguntas de bolso

Normalmente, como se sentiam sempre que iam para as sessões e como se sentiam quando saiam das sessões?

Podem falar um pouco mais sobre isso?

Podem dar um exemplo?

O que é que não se vão esquecer?

2. Falamos da importância das emoções no nosso dia a dia. Sentem que após termos falado sobre essa importância conseguem identificar algumas delas durante o vosso dia a dia?

Perguntas de bolso

Podem dar-me alguns exemplos?

E nas pessoas que estão à vossa volta, também conseguem fazer essa identificação?

3. Relativamente à temática dos media, falamos em dois perigos muito frequentes nos dias de hoje. Conseguem dizer-me quais são?

Perguntas de bolso

Já tiveram conhecimento de alguém que tenha passado por uma dessas situações?

Como reagiriam perante uma situação dessas?

4. Ambas estas situações podem trazer consequências negativas à vida da vítima. Podem dar-me alguns exemplos?

Perguntas de bolso

Podem falar-me um pouco mais sobre isso?

Podem dizer-me o que acham sobre quem pratica estes crimes?

5. No vosso dia a dia, que conselhos poderiam dar a uma pessoa vítima de uma dessas situações?

Perguntas de bolso

Podem falar-me um pouco mais sobre isso?

Se fossem vocês a estar nessa situação, seguiriam esses conselhos?

Que comportamentos adequados podem ser adotados?

6. Relativamente à interculturalidade, vocês fazem parte de um agrupamento de escolas que acolhe alunos de diversas culturas. Acham que é importante conhecer outras culturas?

Perguntas de bolso

Podem falar-me mais sobre isso?

7. Os jogos tradicionais fazem parte da cultura de cada país. Acha que é uma forma que facilita o acolhimento de pessoas de outras culturas na nossa comunidade?

Perguntas de bolso

Podem dar-me exemplos?

Como podemos contribuir para o acolhimento dessas pessoas?

8. Em relação à vossa participação neste projecto, vocês acham que isto vos mudou de alguma forma? Que agora estão diferentes, ou veem as coisas de uma forma diferente da que viam antes?

Pergunta de bolso

Por exemplo...

Isso é bom ou mau?

Porquê?

9. Quando abordámos a importância das emoções no vosso dia-a-dia, os perigos que os media escondem, a forma como a interculturalidade está presente na nossa comunidade, isso ajudou-vos a compreender melhor esses assuntos? Ajudou-vos a compreender melhor os vossos colegas da escola?

Pergunta de bolso

Podem falar-me mais sobre isso?

10. Para terminar, gostava que me dissessem se acham que vão continuar a falar sobre estes temas daqui para frente. Se vão continuar a colocar em prática tudo isto que aprendemos juntos ao longo deste tempo.

Pergunta de bolso

O que gostavam de transmitir aos vossos colegas?

E às restantes pessoas com quem convivem?

Por exemplo.

Vou fazer um pequeno resumo sobre o que foi partilhado por vocês.

Concordam?

Gostariam de acrescentar alguma ideia que não tenha sido falada, mas que considerem importante?

O nosso encontro está terminado. Agradeço muito as vossas partilhas e o tempo disponibilizado para estar aqui.

Apêndice XXXIII – Consentimento Informado

Consentimento informado

Eu _____, autorizo a gravação desta entrevista.

Eu _____, comprometo-me a guardar sigilosamente a gravação desta entrevista, sendo esta utilizada apenas para finalizar o meu relatório de estágio. Assim que este estiver terminado comprometo-me, também, a eliminar a gravação.

Coimbra, de junho de 2021

Apêndice XXXIV – Decorações de Natal



Apêndice XXXV – Concurso Dia Mundial da Poesia



Apêndice XXXVI – Materiais Apoio Individualizado

